

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA
EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

ALEXANDRE COSTA ROQUE

**ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA EM UMA MICROEMPRESA DO RAMO DE
AUTOPEÇAS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA**

**CRICIÚMA
2014**

ALEXANDRE COSTA ROQUE

**ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA EM UMA MICROEMPRESA DO RAMO DE
AUTOPEÇAS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no curso de Administração, Linha de Formação Específica em Administração de Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Abel Corrêa de Souza

**CRICIÚMA
2014**

ALEXANDRE COSTA ROQUE

**ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA EM UMA MICROEMPRESA DO RAMO DE
AUTOPEÇAS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no curso de Administração, Linha de Formação Específica em Administração de Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Abel Corrêa de Souza

Criciúma, 11 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Abel Corrêa de Souza – Dr. – (UNESC) - Orientador

Prof. João Batista da Silva – Msc. – (UNESC) - Examinador

Prof. Cléber Pacheco Bombazar – Esp. – (UNESC) - Examinador

RESUMO

ROQUE, Alexandre Costa. **Análise da Gestão Financeira em uma Microempresa do Ramo de Autopeças da Região Sul de Santa Catarina**. 2014. 60 páginas. Monografia do Curso de Administração - Linha de Formação Específica em Administração de Empresas. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O presente estudo aborda a necessidade da gestão financeira em acompanhar o desempenho da microempresa envolvendo seus aspectos financeiros. Nesse contexto, destaca-se o desempenho do administrador como um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros, proporcionando uma visão clara da administração de seu capital. O objetivo geral compreende analisar as práticas de gestão financeira de uma microempresa do ramo de autopeças da região sul de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa de estudo de caso, descritiva, bibliográfica, *ex-post facto* e documental. Para coleta de dados procedeu-se entrevista com proprietário e levantamento dos relatórios financeiros da microempresa nos anos de 2011 a 2013. Para análise dos dados quantitativos foi realizada a análise financeira. Com base nos objetivos, os resultados apresentados são relativos ao perfil da microempresa, à análise financeira relativos aos índices de liquidez, de endividamento e de resultados a partir dos gráficos, visando-se estabelecer a análise dos parâmetros financeiros da organização em estudo. Ao analisar os índices, é possível identificar a viabilidade e lucratividade do investimento, destacado nos índices de liquidez, de endividamento e de resultado. Ao término da pesquisa, pode-se dizer que o objetivo proposto de analisar as práticas de gestão financeira de uma microempresa do ramo de autopeças, da região sul de Santa Catarina, foi um desafio para o pesquisador, considerando que os valores necessários para a composição do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício, tiveram que ser garimpadas nos documentos da empresa que, por sinal, encontravam-se dispersos. A partir desses dois índices, foi possível calcular os resultados que se mostraram positivos e favoráveis à microempresa.

Palavras-Chave: Administração Financeira. Índices Financeiros. Microempresa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Plano de coleta de dados.....	27
Quadro 2 – Síntese dos procedimentos metodológicos.....	28
Figura 1 – Índices de liquidez.....	30
Figura 2 – Liquidez corrente.....	31
Figura 3 – Liquidez seca.....	31
Figura 4 – Liquidez geral.....	32
Figura 5 – Liquidez imediata.....	33
Figura 6 – Índices de endividamento.....	34
Figura 7 – Participação na capital de terceiros.....	35
Figura 8 – Garantia do capital próprio ao capital de terceiros.....	36
Figura 9 – Grau de endividamento.....	36
Figura 10 – Qualidade da dívida.....	37
Figura 11 – Endividamento financeiro.....	38
Figura 12 – Índices de resultado.....	39
Figura 13 – Taxa de retorno sobre o investimento.....	40
Figura 14 – Tempo de retorno do investimento (pay-back).....	40
Figura 15 – Rentabilidade.....	41
Figura 16 – Lucratividade.....	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	7
1.2 OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo Geral.....	8
1.2.2 Objetivos Específicos.....	8
1.3 JUSTIFICATIVA.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	10
2.2 ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	12
2.2.1 Recursos de Curto Prazo.....	12
2.2.1 Recursos de Longo Prazo	17
2.3 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE MICROEMPRESAS	19
2.4 ANÁLISE FINANCEIRA	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	25
3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO–ALVO.....	26
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	26
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS	26
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4 A EXPERIÊNCIA DE PESQUISA	28
4.1 PERFIL DA MICROEMPRESA DE REVENDA DE AUTOPEÇAS	28
4.2 ÍNDICES DE LIQUIDEZ	29
4.2.1 Liquidez Corrente	29
4.2.2 Liquidez Seca.....	30
4.2.3 Liquidez Geral.....	31
4.2.4 Liquidez Imediata	32
4.3 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO.....	33
4.3.1 Participação do Capital de Terceiros	34
4.3.2. Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros.....	35
4.3.3 Grau de Endividamento.....	35
4.3.4 Qualidade da Dívida.....	36
4.3.5 Endividamento Financeiro.....	37
4.4 ÍNDICES DE RESULTADO	38
4.4.1 Taxa de Retorno sobre o Investimento	39
4.4.2 Tempo de Retorno do Investimento (Pay-back).....	39
4.4.3 Rentabilidade.....	40
4.4.4 Lucratividade	41
4.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ÍNDICES.....	41
5 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	48
ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

No cenário empresarial atual, destaca-se a contribuição das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento da economia local, nacional e, por vezes, mundial. Conforme Rocha *et al.* (2013), as microempresas e empresas de pequeno porte possuem um potencial importante de geração de emprego e de renda, o que trouxe destaque nos últimos anos como base de sustentação da economia mundial.

A formação das micro e pequenas empresas não é um privilégio apenas dos que possuem talento. O bom-senso, a criatividade, o esforço, a dedicação e o amor ao trabalho têm mostrado ao homem sua capacidade variante em muitas virtudes, incluindo-se a honestidade. É importante ressaltar que a existência das micro e pequenas empresas é a base sustentável da economia do país. Por esse motivo, deve-se dar ênfase à sobrevivência desse segmento para que ocorra um desenvolvimento econômico e social (ZOUAIN *et al.*, 2011). Esse segmento gera para o país mais emprego e renda; por esses motivos deve-se ter mais atenção com as micro e pequenas empresas, fazendo de tudo para que permaneçam vivas. Hoje, os números são claros: 98% das empresas que existem no país são micro e pequenas empresas e 59% do pessoal ocupado no mercado têm empregabilidade nesse segmento (ZOUAIN *et al.*, 2011).

O acirramento da competitividade exige das empresas maior eficiência na gestão de seus recursos e, como parte integrante do sistema, buscam cumprir seu papel junto à sociedade. Essa busca pela melhoria e eficiência na aplicação dos recursos induz os responsáveis pela gestão empresarial a avaliarem suas decisões embasadas em informações consistentes (GAZZONI, 2003).

O aumento da competitividade cobra maior eficiência na gestão dos recursos empresariais, ao mesmo tempo em que exige bens e serviços a preços menores e com melhor qualidade. Não há mais espaço para o empirismo administrativo. O que se observa é que problemas financeiros podem surgir, oriundos das limitações das informações para a tomada de decisão. A gestão empresarial necessita de ferramenta capaz de acompanhar e fornecer subsídios necessários para esta finalidade, que possibilite identificar as necessidades ou sobras de caixa na busca de um equilíbrio financeiro no curto prazo (GAZZONI, 2003).

Com a dinâmica do mercado e entrada de novos concorrentes, as empresas precisam buscar diferenciais competitivos. O setor de autopeças, como os demais, necessita constantemente avaliar seu desempenho para verificar se os objetivos estão sendo atingidos, além de identificar oportunidades e ameaças (SOUZA NETTO, 2003). Nessa perspectiva,

todos os elementos de gestão são relevantes, inclusive o ‘contas a pagar’, haja vista que proporcionam a disponibilidade de recursos financeiros para realizar outro ciclo operacional.

O mercado de autopeças está passando por um processo de transformação significativo em sua base de sustentação operacional, em face da quantidade e complexidade de tecnologia incorporada em suas peças e ferramentas (SOUZA NETTO, 2003). Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS, 2013), o setor de autopeças registrou crescimento de 7,23% no faturamento acumulado de janeiro e julho de 2013, em reais deflacionados, percentual um ponto menor que o do período anterior, até junho. Nesse contexto, a administração financeira traz ferramentas que possibilitam acompanhar a gestão financeira de uma organização, como: “a análise de balanços, que por meio da inter-relação entre os elementos dos demonstrativos contábeis propicia a realização de um diagnóstico sobre a posição econômica e financeira da organização” (BELLI, 2011, p.121).

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

O presente estudo aborda a necessidade da gestão financeira em acompanhar o desempenho da microempresa envolvendo seus aspectos financeiros. Nesse contexto, destaca-se o desempenho do administrador como um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros, proporcionando uma visão clara da administração de seu capital.

Uma análise da gestão financeira de uma microempresa pode acarretar melhoramentos tanto para a microempresa como para a comunidade da região onde se localiza, pois um controle financeiro eficiente resulta em uma prestação de serviços otimizada, refletindo em todas as etapas da comercialização. A boa gestão financeira de uma microempresa pode permitir que seus serviços sejam desenvolvidos com excelência, pela possibilidade de investimento em melhorias que podem impactar em uma maior oferta de serviços, na diminuição dos preços de venda final, possibilitando até maior qualidade e rapidez no atendimento.

Atualmente, a microempresa Ivan Autopeças conta com 03 funcionários em horário comercial. O controle de entrada e saída de peças é realizado através de anotações em blocos manuscritos diariamente pelos funcionários; o controle financeiro é feito semanalmente pelo proprietário e, mensalmente, recebem assessoria contábil externa.

Diante desse contexto, chega-se à questão de pesquisa: “Como podem ser aprimoradas as práticas de gestão financeira de uma microempresa do ramo de auto-peças?”

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as práticas de gestão financeira de uma microempresa do ramo de autopeças da região sul de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Traçar o perfil da microempresa pesquisada;
- b) Elaborar o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício da microempresa, com base nos dados coletados;
- c) Calcular os índices de liquidez, de endividamento e de resultado;
- d) Analisar o comportamento da microempresa com base nos índices de liquidez, de endividamento e de resultado.

1.3 JUSTIFICATIVA

Percebe-se a importância do desenvolvimento deste estudo ao refletir que a boa gestão financeira de uma microempresa, neste caso uma empresa de revenda de autopeças, pode influenciar na qualidade dos serviços prestados aos consumidores. É possível destacar que existe falta de trabalhos científicos relacionados à área de finanças neste ramo específico, sendo justificável a escolha deste tema.

Trata-se de um estudo viável, pois há disponibilidade de tempo e demais recursos necessários para a realização do estudo, além de literatura suficiente para a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre administração financeira e de microempresas.

A complexidade do sistema econômico vem crescendo de forma acelerada, com as mudanças em nível tecnológico, estrutural e técnico e exige das microempresas o apoio de sistemas confiáveis e eficientes para se tornarem competitivas, sendo a administração financeira um instrumento fundamental para a sobrevivência e sucesso das organizações (FERNANDES, 2009).

Destaca-se a importância do gestor financeiro em meio ao desenvolvimento da microempresa, frente à necessidade da maximização dos lucros em longo e curto prazos, sendo este o profissional adequado e capacitado para uma função que exige raciocínio rápido em meio ao ambiente dinâmico corporativo, buscando as melhores decisões, a fim de satisfazer o mercado e o dono da empresa (ROSSETTI, 2008).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Atualmente, para competir, as empresas precisam estar em um estado de constante mudança, pois a velocidade com que inovações tecnológicas e novas técnicas de gestão são criadas e implementadas faz com que aquelas que não acompanham este ritmo tornem-se organizações defasadas e obsoletas. Em meio a esta turbulência, muitas vezes, torna-se difícil enxergar com clareza qual o caminho a ser escolhido. Esta tarefa poderá se tornar mais fácil, analisando-se dois pontos importantes: primeiro, muitos são os objetivos de uma organização, porém, excetuando-se aquelas organizações sem fins lucrativos, a maximização da riqueza dos proprietários é comum a todas; segundo, a busca incessante de resultados é frequentemente expressa e mais claramente compreendida quando traduzida em termos financeiros. Ou seja, uma estratégia deverá ser adotada quanto mais contribuir para o aumento da riqueza dos proprietários e possibilitar melhores resultados financeiros. Assim, uma das formas de explicar a grande importância da administração financeira é perceber como o controle adequado pode melhorar os resultados financeiros de uma organização. Ou seja, lançar mão de uma visão financeira, olhando não apenas o curto prazo (MENEZES, COSTA e OLIVEIRA, 2013).

Segundo Gitman (2002), a essência da ação da administração é dirigir os empreendimentos para a obtenção de resultados e os instrumentos de gestão constituem um ferramental que contribui para a eficácia e eficiência da administração. Ainda de acordo com Gitman (2002), o sistema de gestão empresarial é composto por instrumentos que constituem ferramental extremamente útil e contribuem para a eficácia e a eficiência da administração. As necessidades de revisão e ajustes no sistema de gestão empresarial são decorrentes do próprio processo de evolução da empresa e inerentes aos requisitos de sobrevivência, crescimento e continuidade.

A administração financeira tem como objetivo maximizar a riqueza dos acionistas da empresa, sendo o administrador financeiro o principal responsável pela criação de valor da empresa e, para isso, envolve-se em todos os seus âmbitos. Suas atividades abrangem desde decisões estratégicas (seleção de alternativas de investimentos e decisões de financiamento de longo prazo) até as operações de curto prazo (gestão do caixa, gerenciamento de risco e outras (LEMES JÚNIOR, CHEROBIM e RIGO, 2002).

A administração financeira de uma empresa é exercida por pessoas ou grupos de pessoas que, atuando como administradores financeiros, devem utilizar seus conhecimentos técnicos para contribuir decisivamente na melhor forma de conduzir as atividades operacionais. As funções típicas do administrador financeiro são: análise, planejamento e controle financeiro e tomadas de decisões de investimentos e financiamentos (HOJI, 2004).

Segundo Silva (2008), é possível visualizar as funções financeiras de uma empresa em três dimensões: a primeira dimensão está ligada ao dia a dia, são as funções de tesouraria; a segunda dimensão está ligada às operações da empresa como duplicatas a receber, estoques, contas a pagar a fornecedores, e a terceira dimensão relaciona-se com a estratégia como decisões de investimento, financiamento e distribuição de dividendos.

As decisões de financiamento dizem respeito à captação de recursos quanto ao volume e fonte, que pode ser própria ou de terceiros. Já as decisões de investimento, referem-se à escolha na aplicação deste capital. É imprescindível que ambas as decisões sejam tomadas de maneira conjunta, pois influenciam uma a outra e determinam a estabilidade financeira e a atratividade econômica da organização (ASSAF NETO, 2010).

Este conjunto de decisões financeiras está inserido em um contexto também de longo prazo; a partir da análise financeira, é possível avaliar decisões que foram tomadas pela empresa em épocas passadas, bem como subsidia o planejamento financeiro, visando ao futuro. Assim, a contabilidade fornece um grande banco de dados para o administrador financeiro que, a partir dessas informações, possa traçar possibilidades para tomada de decisão do proprietário da empresa ou acionista (SILVA, 2008).

Gestão financeira pode ser definida como a gestão dos fluxos monetários derivados da atividade operacional da empresa, em termos de suas respectivas ocorrências no tempo. Ela objetiva encontrar o equilíbrio entre a "rentabilidade" (maximização dos retornos dos proprietários da empresa) e a "liquidez" (que se refere à capacidade de a empresa honrar seus compromissos nos prazos contratados). Isto é, está implícita na necessidade da gestão financeira, a busca do equilíbrio entre gerar lucros e manter caixa. Assim sendo, pode-se dizer que a gestão financeira está preocupada com a administração das entradas e saídas de recursos monetários provenientes da atividade operacional da empresa, ou seja, com a administração do fluxo de disponibilidade da empresa (ROSSETTI, 2008).

O processo administrativo financeiro está cada vez mais complexo, fazendo com que o administrador financeiro busque alternativas para superar todos os desafios que a cada dia ocorrem. A gestão financeira é uma técnica utilizada nas empresas que têm por finalidade controlar de uma forma eficaz o planejamento financeiro, a análise de investimentos que o

administrador faz para obter recursos para o financiamento de operações que possam visar à diminuição de gastos que são desnecessários, os desperdícios que geralmente ocorrem, podendo assim, buscar o bom desenvolvimento da empresa e os melhores caminhos para uma boa condução dos negócios (ASSAF NETO, 2010).

A administração financeira possui responsabilidade e compromisso com a ética, portanto, para uma gestão eficaz, é necessário que haja uma responsabilidade financeira tanto para os cargos onde é de responsabilidade do gestor financeiro estar atento, como também nos riscos e perdas financeiras, na busca de negociações de menores taxas no mercado, na contribuição da responsabilidade de zelar os documentos financeiros, na boa aplicação do patrimônio, equipamentos, bens da empresa, e na preservação do meio ambiente, pois repercute na imagem da empresa (ROSSETTI, 2008).

Toda empresa deve fazer um planejamento e um controle de todas as suas finanças, pois a falta desses dois itens importantes acarreta na quebra da existência dela, começando a apresentar insuficiência e inexistência de suporte financeiro. Um dos maiores desafios do Administrador Financeiro é a conciliação do equilíbrio que se deve ter entre a Liquidez e a Rentabilidade (SILVA *et al.*, 2011).

2.2 ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

É essencial abordar temas gerais na administração financeira, como recursos de curto prazo e recursos de longo prazo.

2.2.1 Recursos de Curto Prazo

Os recursos de curto prazo na administração financeira são: capital de giro, ciclo operacional e financeiro, administração de caixa, administração de estoques, administração de contas a receber.

O capital de giro é conhecido também como capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes que se transformam constantemente dentro do ciclo operacional. Como o próprio nome dá a entender, o capital de giro fica girando dentro da empresa e a cada vez que sofre transformação em seu estado patrimonial, produz reflexo na contabilidade. Até se transformar finalmente (novamente) em dinheiro, o valor inicial do capital de giro vai sofrendo acréscimo a cada transformação, de modo que, quando o capital

retornar ao “estado de dinheiro”, ao completar o ciclo operacional deverá estar maior do que o valor inicial (HOJI, 2004).

Segundo Silva (2004), o capital de giro é composto por caixa, títulos de liquidez imediata, contas a receber, estoques e outros. A sua administração compreende geralmente decisões gerenciais relacionadas com o ativo circulante e de como ele é financiado. A maneira como o capital de giro é financiado tem impacto significativo sobre o retorno e risco da empresa.

O estudo do capital de giro é fundamental para a administração financeira, porque a empresa precisa recuperar todos os custos e despesas (inclusive financeiras) incorridos durante o ciclo operacional e obter o lucro desejado, por meio da venda do produto ou prestação de serviço (HOJI, 2004).

Tecnicamente, a circulação do capital de giro não fica restrita ao ativo circulante, circula também pelas contas do passivo circulante. Na prática, os recursos financeiros gerados pelas duplicatas recebidas entram primeiramente no caixa e, após essa fase, saem para liquidação das obrigações financeiras (HOJI, 2004).

Quanto ao capital circulante líquido, é importante delimitá-lo. A diferença entre o ativo corrente (ativo circulante) e o passivo corrente (passivo circulante) é o capital circulante líquido (CCL), ou capital de giro líquido (CGL). Quando a soma dos elementos do ativo corrente é maior do que a soma dos elementos do passivo corrente, o CCL é positivo. Em caso contrário, o CCL é negativo. Quando a soma dos elementos do ativo corrente é igual a soma aos elementos do passivo corrente, o CCL é nulo (HOJI, 2004).

Fontes de capital de giro são representadas por passivos circulantes. Algumas fontes são geradas pelas próprias operações, tais como duplicatas a pagar aos fornecedores, impostos a recolher, salários e encargos sociais a pagar. Outras são provenientes de atividades financeiras como os financiamentos e empréstimos bancários. As principais fontes de financiamento são onerosas, pois geram encargos financeiros, tais como empréstimos e financiamentos bancários e parcelamentos de impostos vencidos. As duplicatas a pagar aos fornecedores de materiais e serviços, se forem financiadas, embutem encargos financeiros, de uma forma ou de outra. Muitas vezes, ocorre o seguinte: existe o “preço normal de tabela”, com prazo de pagamento de 30 dias, mas se obtém um desconto se for pago à vista. Nesse caso, deve ser considerado como “preço normal” aquele de pagamento à vista, e “preço normal de tabela” o preço com encargos financeiros incluídos (HOJI, 2004).

Existem fontes de financiamento não onerosas, geradas naturalmente pelas operações normais da empresa; cujas principais são: salários a pagar, encargos sociais a

recolher, impostos a recolher e provisões para férias e 13º salário. Existe grande variedade de operações financeiras no mercado financeiro que atende às necessidades de financiamento de curto prazo das empresas. Porém, um país que depende substancialmente de capital estrangeiro para impulsionar seu crescimento econômico (por insuficiência de poupança interna) tem, de modo geral, os custos de empréstimos em moeda local mais altos que os custos de empréstimos em moeda estrangeira (HOJI, 2004).

Outro recuso administrativo de curto prazo é **o ciclo operacional e financeiro**. O ciclo operacional de uma empresa refere-se ao período de duração da operação. Geralmente, em uma empresa industrial, o ciclo operacional inicia-se com a compra de matérias-primas e se encerra com o recebimento de vendas; em uma empresa comercial, inicia-se com a compra de mercadorias e se encerra com o recebimento de vendas; em uma empresa prestadora de serviços, o ciclo operacional é a soma do prazo da prestação de serviços e o prazo de recebimento de vendas, pois não existem estoques. Durante o ciclo operacional, ocorrem vários eventos que caracterizam o ciclo econômico e o ciclo financeiro, o ciclo operacional é a soma do prazo de rotação dos estoques e prazo de recebimento de venda (em empresa industrial ou comercial) (SILVA, 2004).

Segundo Silva (2004), o ciclo financeiro tem início com o primeiro desembolso e termina, geralmente, com o recebimento da venda. Caso haja pagamento de custos ou despesas após o recebimento da venda, é nesse momento que se encerra o ciclo financeiro. Se ocorrem gastos ou pagamentos de outros custos e despesas (ou adiantamento para compras) antes da compra de matéria-prima ou mercadoria, é em um desses momentos que se inicia o ciclo operacional.

A **administração de Caixa** é um recurso de curto prazo. A reserva de caixa engloba caixa e títulos negociáveis. Existem três razões para manter reserva de caixa: realizar transações, atender eventuais necessidades e financiar eventual especulação (GITMAN, 2002).

Segundo Hoji (2004), a administração eficiente do caixa (disponibilidades) contribui significativamente para a maximização do lucro das empresas. Quando a área de Tesouraria recebe ou paga, geralmente as decisões que geram os fluxos financeiros já foram tomadas anteriormente por administradores de outras áreas, restando pouca coisa que o tesoureiro possa fazer para influir sobre esses fluxos financeiros. O tesoureiro, que é o executivo responsável pela administração do caixa, deve ter uma visão integrada do fluxo de caixa de sua empresa e interagir preventivamente junto a áreas geradoras de recebimentos e de pagamentos.

As contas a receber, estoques e contas a pagar são as principais contas patrimoniais operacionais que exercem forte impacto no caixa. Geralmente, o estoque exerce forte impacto no caixa. Se for comprado a vista, o impacto é imediato; se for comprado a prazo, o impacto ocorre na data de pagamento da duplicata, alguns dias (ou alguns meses) depois da compra; se for financiado (o financiamento de importação uma operação normal no comércio exterior), o impacto no caixa poderá ocorrer em um prazo mais longo (HOJI, 2004).

Pelo regime de competência destacado por Hoji (2004), as compras e vendas são registradas nas datas de sua realização. As contas a receber (originadas pelas vendas e estoques por compras a vista ou a prazo), enquanto registradas como tais, estão consumindo recursos financeiros, o que significa que estão gerando custos financeiros. As contas a pagar (originadas pelas compras a prazo e obrigações fiscais e trabalhistas) fornecem recursos para financiar os ativos operacionais. Uma das mais importantes funções do tesoureiro é assegurar o equilíbrio financeiro da empresa, coordenando eficazmente as atividades de estocagem e vendas.

Uma das finalidades da gestão do caixa é manter um saldo de caixa adequado às suas atividades, em função da incerteza associada aos fluxos de recebimentos e pagamentos. Podem ser considerados como elementos de caixa, além dos recursos monetários, as aplicações financeiras de liquidez imediata. Os recursos monetários não produzem nenhum rendimento direto (no Brasil) e, geralmente, as aplicações de liquidez imediata produzem rendimentos menores do que aplicações de prazos mais longos. Por essas razões, o saldo de caixa deve ser mantido o mais baixo possível (HOJI, 2004).

Conforme Hoji (2004), até meados da década de 90, com altas taxas de inflação, a sobrevivência das empresas dependia fortemente da eficiência da administração do caixa, pois qualquer recurso não remunerado era depreciado significativamente de um dia para outro. Esses fatores fizeram com que o mercado financeiro criasse instrumentos financeiros que minimizavam as perdas por depreciação da perda, tais como contas remuneradas e aplicações remuneradas de curtíssimo prazo. Alguns desses instrumentos financeiros continuam existindo, mesmo com a estabilização da taxa de inflação em níveis internacionais. As empresas precisam manter o saldo de caixa, basicamente para atender às seguintes necessidades: pagamentos de transações geradas pelas atividades operacionais como a compra de matérias-primas e contratação de serviços; amortização de empréstimos e financiamentos; desembolsos para investimentos permanentes; pagamentos de eventos não previstos; reciprocidades em aplicação financeira.

A **administração das Contas a receber** trata de estabelecer políticas adequadas de crédito e cobrança. Uma política de crédito muito liberal aumentará as vendas e também as perdas por inadimplência. Por outro lado, uma política de crédito conservadora reduzirá as perdas por inadimplência, porém, também diminuirá as vendas. Uma boa política de crédito deve buscar um equilíbrio entre vendas e perdas por inadimplência (SILVA, 2004).

Segundo Gitman (2002), uma empresa precisa investir em contas a receber e administrá-las, porque parte ou o total de suas vendas são efetuadas a prazo. Uma empresa que só vende à vista não tem contas a receber para administrar. Poucas empresas trabalham na base do “pague e leve”. A situação mais típica é conceder crédito, vender a prazo e, então, administrar as contas a receber. A política de crédito da empresa influenciará no nível de vendas, no nível de investimento em caixa, estoques, contas a receber e, possivelmente, em equipamentos; em perdas por inadimplência e em custos de cobrança. A política de crédito refere-se a decisões acerca dos padrões de crédito, seus limites e quem tem direito em usá-lo.

A **administração de estoques** são componentes importantes dos ativos circulantes, principalmente, nas empresas comerciais e industriais por representarem grandes volumes de dinheiro aplicado em relação aos demais ativos circulantes; são, ainda, os ativos circulantes de menor liquidez. Os estoques são representados por matérias-primas, componentes, insumos, produtos em processo e acabados, e se constituem nos bens comercializáveis pelas empresas comerciais e destinados à produção e venda pelas empresas industriais. Por este motivo, a administração dos estoques deve ser foco de políticas que traduzam resultados eficazes em sua gestão (HOJI, 2004).

Segundo Hoji (2004), nas empresas industriais, a gestão dos estoques é considerada plena, pois são utilizados praticamente todos os tipos de estoques, desde as matérias-primas e componentes, até os produtos acabados. Nas empresas comerciais que não transformam bens, a gestão está concentrada nos produtos acabados, adquiridos prontos para serem vendidos. Nas empresas prestadoras de serviço, a relevância dos estoques é de média para pequena, sendo que o foco da empresa está na prestação do serviço e não na comercialização de produtos. Existem alguns tipos de prestação de serviços que incluem o fornecimento dos materiais utilizados, daí a classificação de relevância média pequena. A administração de estoques envolve, portanto, o controle dos ativos circulantes que são usados nos processos de prestação de serviços, na comercialização ou na produção para serem vendidos no curso normal das operações da empresa.

Desta forma, a administração de estoques deve procurar estabelecer ações e procedimentos para saber quanto comprar ou produzir; em que momento comprar ou

produzir; quais itens do estoque merecem maiores atenções. Os estoques não são administrados diretamente pelo administrador financeiro. Em geral, é de responsabilidade das áreas de compras e/ou logística. Em face do envolvimento das diversas áreas, a administração de estoques torna-se mais complexa, pois podem surgir divergências funcionais na definição e execução das políticas de estocagem. A função do administrador financeiro é participar na definição e no acompanhamento dessas políticas aplicadas pela empresa (HOJI, 2004).

2.2.1 Recursos de Longo Prazo

São recursos de longo prazo: investimentos de longo prazo, custo de capital e estrutura de capital.

A **decisão de investimento de longo prazo** é a decisão financeira mais importante que o administrador financeiro pode tomar, devido a alguns fatores. O impacto da decisão é de longo prazo, quando uma empresa decide implantar uma nova fábrica com vida útil de 15 a 20 anos; suas operações serão afetadas ao longo deste período. Suas previsões de vendas deverão abranger esse período, assim como o fornecimento de matérias-primas, de energia, de pessoal especializado e treinado, de assistência técnica e atualização tecnológica, e assim por diante, devido também, ao risco envolvido, pois o mau dimensionamento de mercado ou de tecnologia pode causar grandes prejuízos à empresa. O financiamento inadequado, a dependência de poucos fornecedores ou de poucos clientes, a má localização, a falta de energia, ou mesmo mudanças na legislação fiscal, no câmbio ou no governo, são outros fatores que devem ser cuidadosamente considerados. Outro fator são as dificuldades de conhecer o momento adequado, que oscila rapidamente ao longo dos meses (SILVA, 2004).

O orçamento de capital é um processo que proporciona a melhoria da decisão, pois ao utilizá-lo, a empresa pode buscar novas alternativas, não pensadas inicialmente como, por exemplo, troca de fornecedores, novos equipamentos, construção modular, terceirização de mão-de-obra, alianças estratégicas, novas fontes de financiamento. O último fator refere-se ao orçamento de capital, o qual pode melhorar a decisão de financiamento, já que dependendo dos volumes envolvidos, a empresa poderá analisar a viabilidade de lançar ações, captar recursos no exterior, buscar novos sócios, ou mesmo buscar financiamentos junto a fornecedores. Um adequado planejamento financeiro poderá melhorar os resultados da empresa como um todo (LEMES JÚNIOR, RIGO e CHEROBIM, 2002).

Conforme Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2002), na decisão de investimentos a longo prazo, há que se tomar cuidado com superestimação ou subestimação dos fluxos de

caixa associados a cada projeto da empresa. Se os gerentes forem muito arrojados trarão riscos adicionais à empresa e, ao mesmo tempo, poderão trazer grandes prejuízos. Por outro lado, se os gerentes forem muito conservadores, a empresa poderá ter dificuldades em seu desenvolvimento econômico e financeiro, pois estará deixando de aprovar bons projetos, os quais poderão ser implementados por concorrentes. As decisões de investimento de longo prazo são essenciais para o sucesso da empresa porque podem ajudar a assegurar a maximização da riqueza dos acionistas. Sem o processo do orçamento de capital, o risco seria muito maior e como se sabe, os investimentos de longo prazo costumam apresentar desembolsos consideráveis de recursos financeiros. Quando bem estruturadas, as decisões de investimento de longo prazo permitem planejar melhor as mudanças, sejam elas de expansão, substituição ou modernização.

O **Custo de Capital** é um dos fatores controversos das decisões de investimentos que usam o método do fluxo de caixa descontado. Na prática, a empresa baseia-se em custos de projetos passados, em alternativas de investimentos no mercado financeiro e em rentabilidade de empresas líderes do ramo. Especialistas afirmam que as taxas de retorno de 12% ao ano, em países desenvolvidos são boas. Para projetos em países de maior risco, como no Brasil, por exemplo, sugerem a utilização de taxas superiores ao ano. Essas taxas acabam orientando a determinação do custo em muitas empresas (LEMES JÚNIOR, RIGO e CHEROBIM, 2002).

A **estrutura de capital**, pela sua influência no custo de capital e no valor da empresa, tem sido estudada, desde 1958, por Modigliani e Miller, que apresentaram a tese de que a estrutura de capital não afeta o valor da empresa. Os estudiosos mostraram que quando a política de investimentos da empresa prevê a tomada de empréstimos, ela está em um mercado perfeito e ideal (em um mundo sem impostos, com ampla e perfeita divulgação de todas as informações e sem custos de transação) e, por isso, o endividamento, fruto da decisão perfeita, não afeta o seu valor. A ideia é de que qualquer possível benefício vindo de um maior endividamento seria rapidamente conhecido e faria com que os acionistas elevassem exigências de retorno, fazendo com que o custo de capital da empresa mantivesse-se inalterado (LEMES JÚNIOR, RIGO e CHEROBIM, 2002).

Segundo Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2002), a estrutura de capital combina todas as fontes utilizadas pela empresa, seja de financiamento de longo prazo, dívida ou capital próprio. Na prática, o que ocorre é que o endividamento pode ser vantajoso porque a mudança da estrutura de capital pode reduzir o imposto de renda a pagar, tornar o custo de capital menor e aumentar o valor da empresa. Portanto, a habilidade de emprestar mais pode

levar a empresa a uma vantagem competitiva. Existem outros fatores que afetam a escolha da estrutura de capital, tais como os custos de subscrição, os custos de gerar e divulgar informações, os riscos de abertura de informações confidenciais, os custos de contratação de empresas especializadas para operações mais sofisticadas, o montante de recursos a ser financiado, o perfil da gerência, e assim por diante. Há que se considerar o risco do país, que afeta sensivelmente as empresas locais ou multinacionais que operam particularmente nos países emergentes.

As decisões de investimentos, de financiamento e de remuneração dos acionistas buscam maximizar o valor das ações da empresa e é importante uma escolha adequada da estrutura de capital envolver todas as três, abrangendo amplos conhecimentos de conceitos de risco, retorno, custo de capital, alavancagem financeira e valor. A empresa se depara constantemente com novos projetos, negócios, demandas e desafios que determinam a necessidade de captação de recursos financeiros. Para suprir essa necessidade, selecionam-se várias fontes de financiamentos; a partir daí, avaliam as condições gerais da economia, conhece-se o mercado financeiro, analisam-se as decisões operacionais e financeiras a serem tomadas, dimensionam-se as necessidades de recursos a serem financiados e se escolhe a estrutura de capital (LEMES JÚNIOR, RIGO e CHEROBIM, 2002).

2.3 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE MICROEMPRESAS

No Brasil, micro e pequenas empresas são definidas pelo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9.841/99) e pelo SIMPLES (Lei nº 9.317/96), que utilizam como forma de classificação, a receita bruta anual. Por sua vez, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) e a RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais / Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal) promovem a classificação das referidas empresas, baseados no número de empregados que compõe suas estruturas. A microempresa é caracterizada por empregar de 0 a 19 funcionários e com renda bruta anual de até R\$ 120 mil reais, conforme o SIMPLES; até R\$ 433.755,14 reais, segundo o estatuto MPE, e até US\$ 400.000,00 dólares, de acordo com o BNDES (SOUZA NETTO, 2003).

No Brasil, elas representavam 70% da força de trabalho, 21% do PIB nacional e 98% do total de estabelecimentos em 1994 (DOMINGOS, 1995). No país, entre 1995 e 2000, a diferença de contratações e demissões nas MPE foi de mais de um milhão e 400 mil, enquanto nas grandes empresas foi de 29.652 novos postos de trabalho. Em 2000, havia

2.161.783 MPE representando 93% do total de estabelecimentos empregadores, proporcionando emprego a 26% dos trabalhadores formais. Ainda em 2000, das 16.016 indústrias exportadoras, 63,7% eram micro e pequenas empresas, com participação de 12,4% do valor exportado (MDIC, 2003). O retrato do Brasil em 2003, quanto à classificação das empresas por porte e setor é o seguinte: na indústria, o percentual de micro e pequenas empresas é de 96,37 %; no comércio, é de 99,2 % e no setor de serviços é de 97,43 %. Em relação à distribuição dos empregos nas micro e pequenas empresas espalhadas pelo país, verifica-se que 33,43 % deles estão no setor industrial; 68,05 % estão no comércio e 36,85 % no setor de serviços (SILVA e PEREIRA, 2004).

A despeito de uma empresa ser grande ou pequena, todo gestor necessita de conhecimento para fazer o processo de gestão (GAZZONI, 2003). Desta forma, o planejamento empresarial, denominado de Plano de Negócio, é indispensável. O empreendedor não pode abrir mão dessa importante ferramenta que irá ajudá-lo na tomada de decisão e iniciar a empresa. Com a elaboração do plano, o empreendedor deverá ter uma noção prévia do funcionamento de seu negócio em relação a: finanças, clientes, fornecedores, concorrentes (mercado) e organização necessária ao seu bom funcionamento. No momento de tomar decisões, estas devem sempre se basear em informações armazenadas, comprovadas e tabuladas nos sistemas integrados que compreendem a gestão de negócios (ANTONIK, 2004).

O planejamento financeiro é a base para a continuidade de novas empresas criadas a partir de planos de negócios, assim como as dificuldades financeiras são evidenciadas através da avaliação dos planos de negócios de futuros empreendedores (GARCÍA, BEDOYA e RÍOS, 2010). Um planejamento financeiro bem executado influencia não somente o rendimento da empresa assim como o seu acesso a financiamentos junto a bancos, destacando assim, a importância da administração financeira em microempresas (VERA-COLINA, RODRIGUEZ-MEDINA e MELGAREJO-MOLINA, 2011).

O papel da administração financeira depende do porte da empresa, em uma microempresa, muitas vezes, não há um órgão específico responsável pelo gerenciamento das operações financeiras, ficando essas atribuições distribuídas entre a contabilidade e o proprietário (SILVA, 2008).

O profissional atento às transformações pertinentes ao exercício de sua função deve considerar as ferramentas que facilitam e, ao mesmo tempo, contribuem para a redução de erros e para o aumento da qualidade. Constantemente, o mundo de trabalho do ambiente contábil sofre mudanças pelos elevados níveis de exigências, face às necessidades de obtenção de informações que são postas nas mãos daqueles que delas precisam para tomar

decisões em um mundo cada vez mais globalizado. A incidência de erros torna-se inadmissível quando nossos olhares podem estar voltados às consequências causadas por uma decisão errada, pautada em relatórios com informações indevidas (SANT'ANNA *et al.*, 2012).

Nas microempresas, o papel de administrador financeiro é geralmente desempenhado pelo proprietário ou por um de seus sócios que normalmente divide parte das tarefas com o contador, sendo necessário salientar que a função principal do contador é desenvolver e fornecer dados para medir o desempenho da empresa, avaliar a sua posição financeira. Outro aspecto que merece ser destacado é que o contador, baseando-se em certos princípios padronizados, prepara as demonstrações financeiras sob a abordagem conhecida como regime de competência, que reconhece as receitas no momento da venda e as despesas quando incorridas (CERICATO, AMARAL e COSTA, 2004).

Neste aspecto, a principal preocupação do administrador financeiro deve ser a de determinar as melhores e mais baratas fontes de financiamento, considerando que os juros e demais encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos oneram o resultado econômico reduzindo, desta forma, o lucro da empresa. A segunda tarefa básica da função financeira refere-se à alocação eficiente dos recursos. Isto envolve busca constante da otimização do uso dos fundos disponíveis, para que seja alcançada a rentabilidade desejada, assim como preservando a capacidade da empresa de honrar os seus compromissos em dia (CERICATO, AMARAL e COSTA, 2004).

O planejamento da administração financeira é parte fundamental do plano de negócios de uma microempresa. A sustentabilidade econômica e financeira é elemento essencial para o sucesso da organização. O desenvolvimento sustentável de uma pequena e média empresa requer a definição de uma política realista, focada nas condições do mercado, em que as taxas de juros e os preços dos serviços cubram, no mínimo, os seguintes itens: custos operacionais e financeiros; inflação; riscos inerentes do negócio (inadimplências, roubo e perdas); depreciação; geração de excedente financeiro para investimento no aumento e expansão do próprio negócio (ANTONIK, 2004).

Porém, poucos usam as informações financeiras para gerenciar sua empresa. Através dessas informações, o empreendedor poderá ter mais segurança na hora de administrar sua empresa. Não adianta dispor de pessoal e equipamentos altamente qualificados se não se obtêm as informações a respeito do fluxo de seus negócios, dia a dia, e ser capaz de reverter uma situação, se necessário, ou manter as ações que favoreçam sua empresa. É importante que o empreendedor assuma uma postura de empresário moderno,

utilize controles gerenciais e as transforme em informações. Diversas informações gerenciais podem e devem ser usadas para controlar o processo produtivo das micro e pequenas empresas, como conhecer e controlar o custo da produção, o preço de venda do produto, os saldos a receber de clientes e a pagar no caso de fornecedores, bem como os prazos de recebimento e pagamento, o fluxo de caixa, o controle de estoque, indicadores de desempenho, entre outros fatores que influenciaram no resultado final do empreendimento (THIESEN, 2000).

Para evitar o alto grau de mortalidade das micro e pequenas empresas e conduzi-las a um crescimento econômico-financeiro mais elevado, sugerem-se algumas ações como: buscar acordos de cooperação com universidades, para que estas participem de programas de apoio às micro e pequenas empresas, para o desenvolvimento de projetos experimentais que atendam aos problemas do Ensino Fundamental e Médio, principalmente no que se refere às necessidades de atualização e requalificação de trabalhadores e de melhor capacitação técnica para seus administradores (CASSANEGO JÚNIOR, ANSUJ e MAEHLER, 2013).

Uma pesquisa demonstrou que apesar das micro e pequenas empresas representarem a grande maioria das empresas brasileiras, observou-se que grande parte delas possui deficiências na forma em que controlam suas finanças. Além de problemas nos controles financeiros, notou-se que pequenos empresários também possuem dificuldades em outras áreas da administração, como Marketing e Recursos Humanos. Quanto à informatização, observou-se que a maioria delas possui acesso às tecnologias existentes, porém, algumas não têm o hábito de alimentarem o sistema, fazendo com que a informática não traga benefícios para os controles financeiros das empresas. Com essas informações, é possível perceber as carências destas empresas e buscar aprimorar a preparação destes microempresários, a partir da orientação do administrador financeiro, ao acrescentar alguns módulos no curso de controles financeiros básicos, como: um conteúdo que abrangesse a utilização dos recursos tecnológicos nas empresas; reforço no material de controles financeiros; proporcionar, aos participantes dos cursos realizados, palestras sobre *marketing*, recursos humanos e outras deficiências que possam ser encontradas e supridas (PAESE, 2013).

2.4 ANÁLISE FINANCEIRA

Pode-se dizer que a análise financeira de uma empresa consiste em um exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições

endógenas e exógenas, que afetam financeiramente a empresa. Como dados financeiros disponíveis, pode-se incluir, por exemplo, as demonstrações financeiras, programas de investimentos, projeções de vendas e projeção de fluxo de caixa. Como condições endógenas, incluem-se a estrutura organizacional, a capacidade gerencial e o nível tecnológico da empresa. Como condições exógenas, são compreendidos os fatores de ordem política e econômica, concorrência e fenômenos naturais, entre outros. Desse modo, a análise financeira vai além das demonstrações financeiras, pois estas são apenas canais de informações sobre a empresa para subsidiar a tomada de decisão (SILVA, 2008).

Conforme Silva (2008), a análise financeira envolve: coletar, conferir, preparar, processar, analisar e concluir. A coleta consiste nas demonstrações financeiras e outras informações, como as relativas ao mercado de atuação da empresa, seus produtos, seu nível tecnológico, seus administradores e seus proprietários, e também sobre o grupo a que a empresa pertence. A conferência é a pré-análise para verificar se as informações estão completas, se são compreensíveis e confiáveis. A preparação é a fase de reclassificação das demonstrações financeiras para adequá-las aos padrões internos da instituição que vai efetuar a análise. Na fase de organização do material de leitura e demais dados disponíveis é o alicerce para obtenção de uma boa análise. O processamento das informações e emissão dos relatórios deve seguir o formato interno da instituição. Entre os relatórios emitidos, podemos encontrar o próprio balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, o quadro de evolução do IOG (Investimento Operacional em Giro), comparativamente ao CPL (Capital Permanente Líquido), entre outros.

Além dos relatórios, há também os indicadores de lucratividade, estrutura e liquidez, por exemplo. Normalmente, esse processo de emissão de relatórios e cálculos de indicadores é feito por meio de processamento eletrônico de dados. A fase de análise ocorre com a análise dos relatórios e indicadores já coletados, compreendendo a consistência das informações, a observação das tendências apresentadas pelos números e todas as demais conclusões que possam ser extraídas do processo. Esta é uma fase que exige muito da capacidade de observação, do conhecimento e da experiência do analista. Nesta fase, há dois focos principais: um relativo à análise da empresa e dos diversos fatores relacionados ao seu risco e outro relativo à transação pretendida, como, por exemplo, a compra de ações ou a aprovação de uma operação ou de um limite de crédito. A fase de conclusão é uma das fases mais importantes. Consiste em identificar, ordenar, destacar e escrever sobre os principais pontos e recomendações acerca da empresa. Não basta ser um bom analista, é preciso saber

expor seu parecer em linguagem simples, clara e consistente, de modo que o usuário da análise, pela leitura do relatório, conheça a empresa e possa tomar decisão sobre a mesma. É importante destacar que o conhecimento prévio do objetivo da análise é fundamental para o analista no direcionamento de seu trabalho (SILVA, 2008).

Silva (2008) afirma que as razões mais frequentes que levam ao desenvolvimento da análise de uma empresa tendem a ser de caráter econômico-financeiro. Um banco, antes de efetuar um empréstimo para uma empresa, precisará analisar sua capacidade de pagamento; um investidor que pretende adquirir ações de determinada empresa necessitará da análise para lhe oferecer uma expectativa de retorno sobre seu investimento; uma empresa cuidadosa, certamente, fará análise também de outras empresas que sejam suas concorrentes, para melhor compreender sua própria performance. Adicionalmente, é importante destacar que cada empresa, internamente, precisa analisar seus próprios dados, para conhecer os resultados que alcançou. Então, o administrador financeiro deve analisar os dados da empresa e, se necessário, reorientar suas ações em termos operacionais e estratégicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Souza (2007), metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Pode-se incluir simultaneamente a teoria da abordagem, os instrumentos de operacionalização do conhecimento, as técnicas e a criatividade do pesquisador, sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade.

Metodologia é arte de dirigir o espírito na investigação da verdade por meio dos estudos métodos e procedimentos capazes de possibilitar o alcance dos objetivos (LEOPARDI, 2002).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de estudo de caso, descritiva, bibliográfica, *ex-post facto* e documental.

Foi realizado um estudo de caso, uma vez que se procura analisar com profundidade um único caso. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é o método mais adequado quando o fenômeno de interesse não pode ser estudado fora de seu ambiente natural, não há necessidade de manipulação de sujeitos ou eventos e o fenômeno de interesse não tem uma base teórica estabelecida.

Conforme Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

É pesquisa bibliográfica, pois o estudo abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado e tem como finalidade colocar o pesquisador frente a tudo o que foi escrito, propiciando o exame do tema sobe novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (MARCONI e LAKATOS, 2005).

Conforme Marconi e Lakatos (2005), a pesquisa *ex-post facto* realiza a ocorrência de variações na variável dependente no curso natural dos acontecimentos. Neste caso, o pesquisador não possui controle sobre a variável independente, que constitui o fator suposto do fenômeno, porque ele já ocorreu.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se domina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI e LAKATOS, 2005).

3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO–ALVO

O objeto de estudo foi a microempresa Ivan Autopeças, na cidade de Criciúma, a partir dos registros de administração financeira nos anos de 2011, 2012 e 2013.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Quadro 1: Plano de Coleta de Dados

Objetivos Específicos	Documentos/Dados	Localização	Classificação dos Dados da Pesquisa	Técnica de Coleta de Dados	Instrumento de Coleta de Dados
Traçar o perfil da microempresa pesquisada.	Proprietário da microempresa em Estudo.	Proprietário da microempresa em Estudo	Primário	Entrevista com o proprietário	Entrevista com Proprietário, sobre a história da empresa.
Elaborar o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício da empresa, com base nos dados coletados;	Documentos e dados internos da empresa.	Sistema da empresa e arquivos do contador.	Secundário	Dados internos da empresa	Levantamento de relatórios, referente aos anos de 2011, 2012, 2013.
Calcular os índices de liquidez, de endividamento e de resultado;	Livros e cálculos financeiros.	Biblioteca	Primário	Elaboração de relatórios	Relatório de resultados
Analisar o comportamento da empresa com base nos índices de liquidez, de endividamento e de resultado.	Planilhas elaboradas a partir dos documentos internos da empresa.	Sistema da empresa e arquivos do contador.	Primário	Elaboração de relatórios	Relatório de resultados

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2014).

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

A abordagem da pesquisa é de natureza quantitativa, por se tratar de um estudo que quantifica os dados, a partir da análise financeira da microempresa. No que se refere à pesquisa quantitativa pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizar-se-ão técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança (DIEHL, 2004).

Os dados obtidos com a pesquisa foram digitados em Microsoft Word e Microsoft Excel e, a partir da leitura dos dados, foram avaliados e reunidos para análise de dados onde foram avaliados e interpretados com cautela.

3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quadro 2: Síntese dos Procedimentos Metodológicos

Objetivos Específicos	Tipo de Pesquisa	Meios de Investigação	Classificação dos Dados da Pesquisa	Técnica de Coleta de Dados	Procedimento de Coleta de Dados	Técnica de Análise dos Dados
Traçar o perfil da microempresa pesquisada.	Descritiva	Entrevista	Primário	Entrevista com o Proprietário	Entrevista	Quantitativa
Elaborar o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício da empresa, com base nos dados coletados;	Descritiva	Documental	Secundário	Dados Internos da Empresa	Levantamento de relatórios referente ao ano de 2012	Quantitativa
Calcular os índices de liquidez, de endividamento e de resultado;	Explicativa	Documental e Bibliográfico	Primário	Elaboração de Relatórios	Relatório de Resultados	Quantitativa
Analisar o comportamento da empresa com base nos índices de liquidez, de endividamento e de resultado.	Explicativa	Documental e Bibliográfico	Primário	Elaboração de Relatórios	Relatório de Resultados	Quantitativa

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2014).

4 A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA

Neste capítulo, são apresentados os resultados e também suas tabulações, com as respectivas análises das informações contidas nos balanços patrimoniais (APÊNDICE A) e demonstrativo de resultado do exercício, referentes aos anos de 2011 (ANEXO C), 2012 (ANEXO D) e 2013 (ANEXO E).

Com base nos objetivos, estão apresentados os resultados relativos ao perfil da microempresa, à análise financeira a partir dos índices de liquidez, de endividamento e de resultados, visando-se estabelecer a análise dos parâmetros financeiros da organização em estudo.

4.1 PERFIL DA MICROEMPRESA DE REVENDA DE AUTOPEÇAS

Na cidade de Tubarão, em meados do ano de 1991, dois amigos, Ivan Martins da Silva e Moacir Bez Fontana, ambos mecânicos de automóveis, em uma conversa informal de fim de semana, decidiram montar um negócio próprio. Moacir sugeriu uma sociedade que vinculasse o conserto de motores e a revenda de autopeças de veículos. Nessa sociedade, Ivan que tinha experiência com retífica e montagem de motores, desempenharia suas atividades na retífica, enquanto Moacir, na revenda de autopeças, novas e usadas. Foi então que em 18/03/1991, os amigos abriram as microempresas Retífica de Motores Morrotes Ltda. Me. e o comércio de autopeças novas e usadas Thuca e Ivan Autopeças. A idealização deste negócio foi de aliar o conserto e retífica de motores fomentando a revenda de autopeças para a própria retífica, como também, para outras mecânicas de automóveis da região de Tubarão.

Com o passar dos anos, os sócios optaram pelo fechamento da retífica de motores, e ficaram somente com o comércio de autopeças, pois esse mercado estava mais lucrativo. No ano de 2002, os sócios decidiram ampliar os negócios, abrindo uma filial da loja de autopeças no município de Criciúma. Em princípio, locaram um imóvel e, após a consolidação do negócio e da clientela no município de Criciúma, no ano de 2004, os sócios construíram a loja própria localizada na Avenida Centenário, no bairro Nossa Senhora da Salete.

Em 01/03/2005, desfizeram a sociedade; o sócio Moacir (Tchuca), ficou com o comércio de Tubarão e Ivan, com o comércio de Criciúma, onde hoje, localiza-se a Ivan Autopeças, a qual será a fonte do estudo.

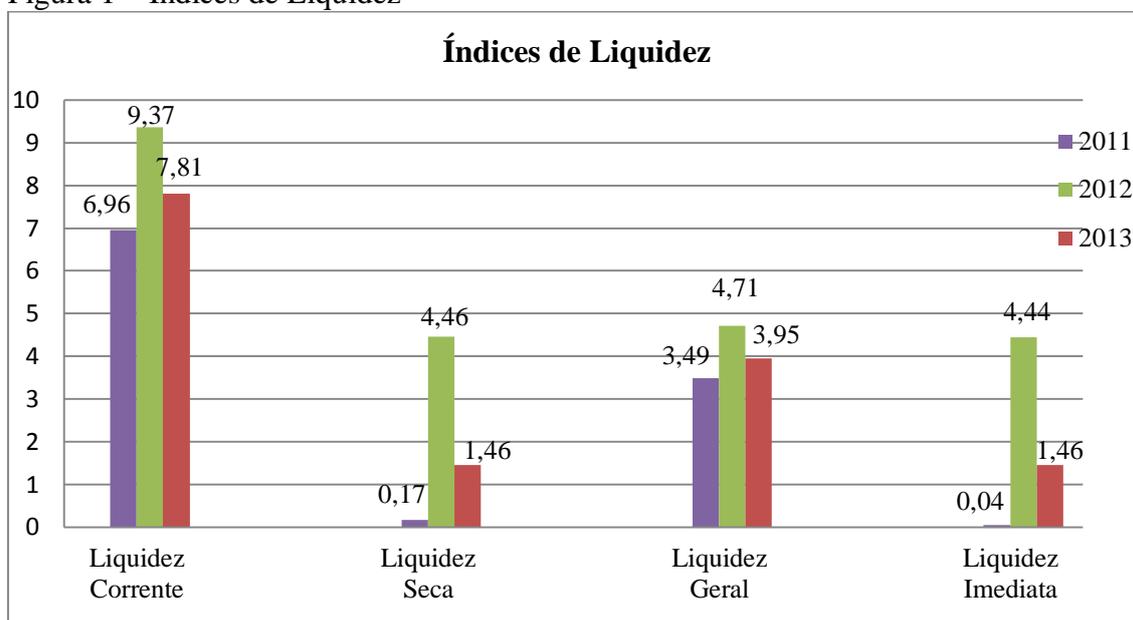
Atualmente, a microempresa Ivan Autopeças conta com 03 funcionários em horário comercial. O controle de entrada e saída de peças é realizado através de anotações em

blocos manuscritos diariamente pelos funcionários; o controle financeiro é feito semanalmente pelo proprietário e, mensalmente, recebem assessoria contábil externa.

4.2 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Na figura 1, apresentam-se todos os índices que compuseram os indicadores de liquidez: Liquidez Corrente, Seca, Geral e Imediata.

Figura 1 – Índices de Liquidez



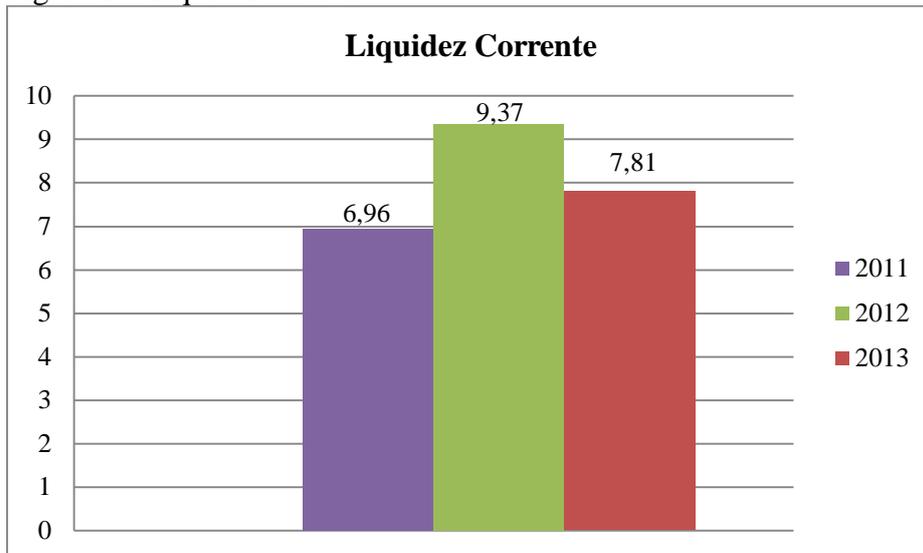
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Estes índices avaliam a verdadeira capacidade da empresa para honrar seus pagamentos. Conforme afirma Silva (2004, p. 308), “a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa da administração de seu ciclo financeiro e de suas decisões estratégicas de investimento e financiamento”.

4.2.1 Liquidez Corrente

A figura 2 representa o índice de liquidez corrente, o qual é obtido através da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante (AC/PC).

Figura 2 – Liquidez Corrente

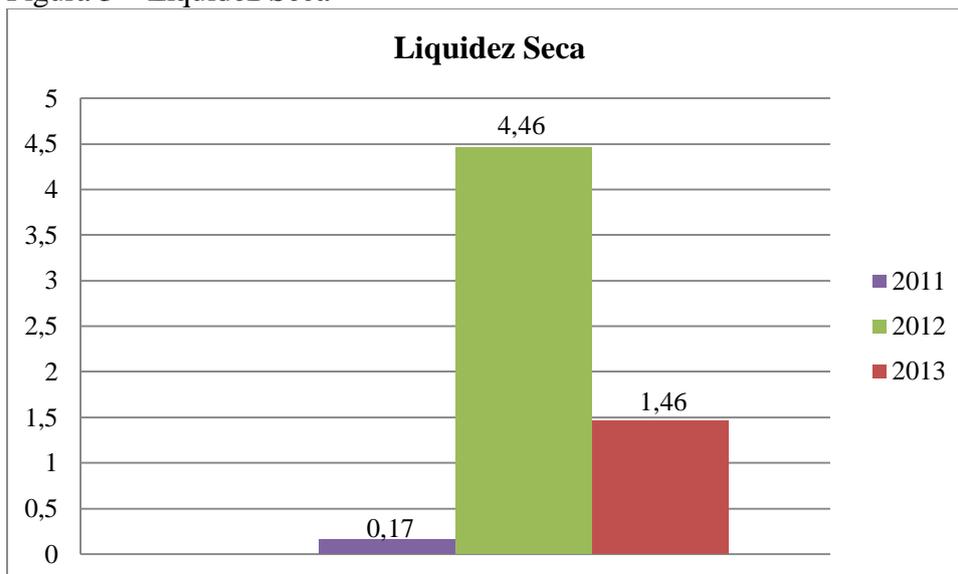


Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Ao analisar a figura, depreende-se que o índice de liquidez corrente apresentou uma pequena flutuação durante os anos analisados. Segundo Gitman (2002), o índice de liquidez corrente mede a capacidade da empresa em cumprir suas obrigações financeiras de curto prazo.

4.2.2 Liquidez Seca

Figura 3 – Liquidez Seca



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

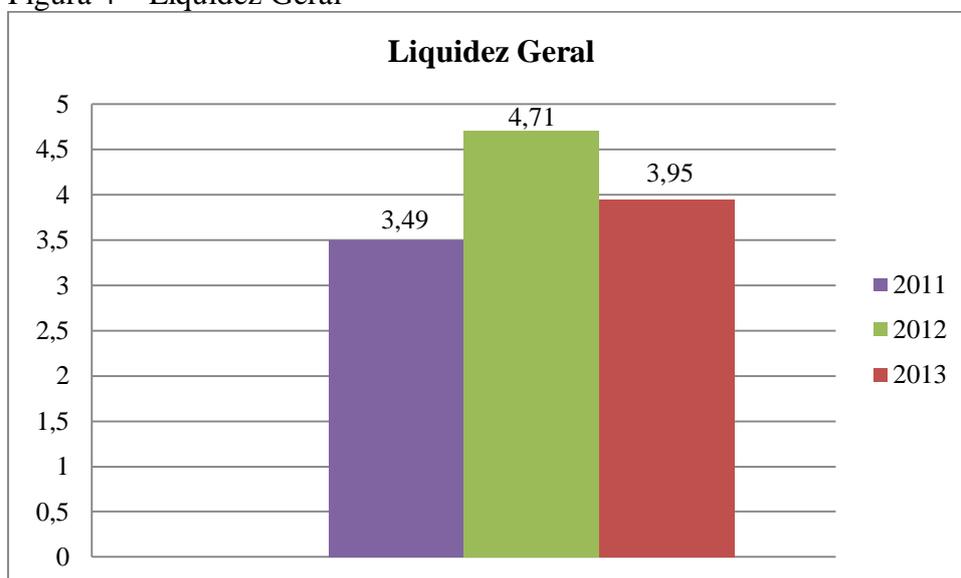
A figura 3 demonstra o comportamento do índice de liquidez seca, a partir do cálculo do Ativo Circulante, subtraindo o estoque e dividido pelo passivo circulante [(AC –

Estoques)/PC]. Verificou-se, que no ano de 2012, a empresa obteve o melhor resultado neste critério.

Este índice indica “quanto a empresa possui em disponibilidades (dinheiro, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras de liquidez imediata), aplicações financeiras a curto prazo e duplicatas a receber para fazer face a seu passivo circulante” (SILVA, 2004, p. 314).

4.2.3 Liquidez Geral

Figura 4 – Liquidez Geral



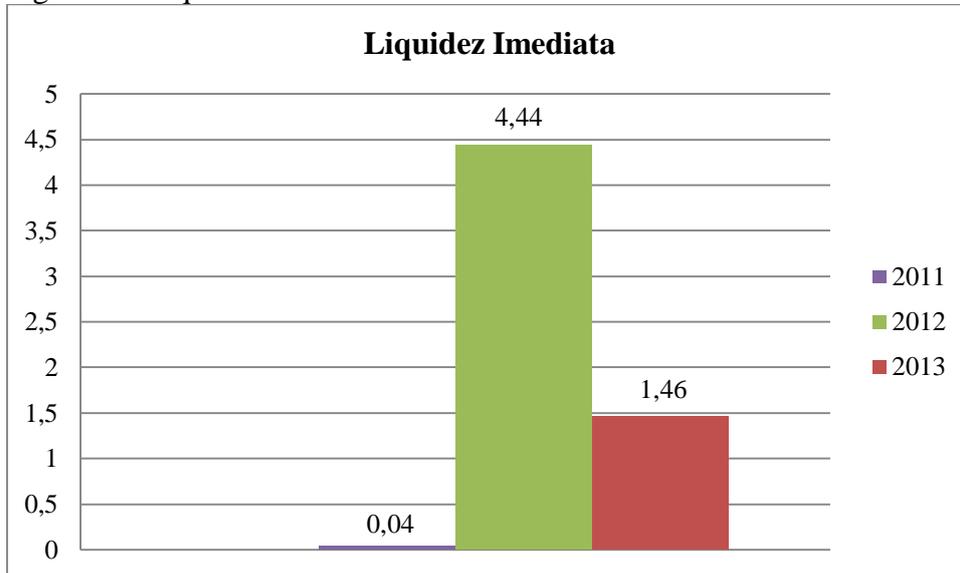
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Confirma-se, na figura 4, que o índice de liquidez geral apresentou melhor resultado no ano de 2012, com o índice de 4,71, sobressaindo aos anos de 2011 e 2013 que, respectivamente, apresentaram os resultados de 3,49 e 3,95. O índice de liquidez geral é calculado a partir do Ativo Circulante somado ao Realizável a longo prazo, dividido pelo Passivo Circulante e somado ao Exigível a Longo Prazo $[(AC + RLP)/(PC + ELP)]$.

Segundo Silva (2004), sob o ponto de vista de capacidade de pagamento, interpreta-se o índice de liquidez geral no sentido de quanto maior, melhor, mantidos constantes os demais fatores.

4.2.4 Liquidez Imediata

Figura 5 – Liquidez Imediata



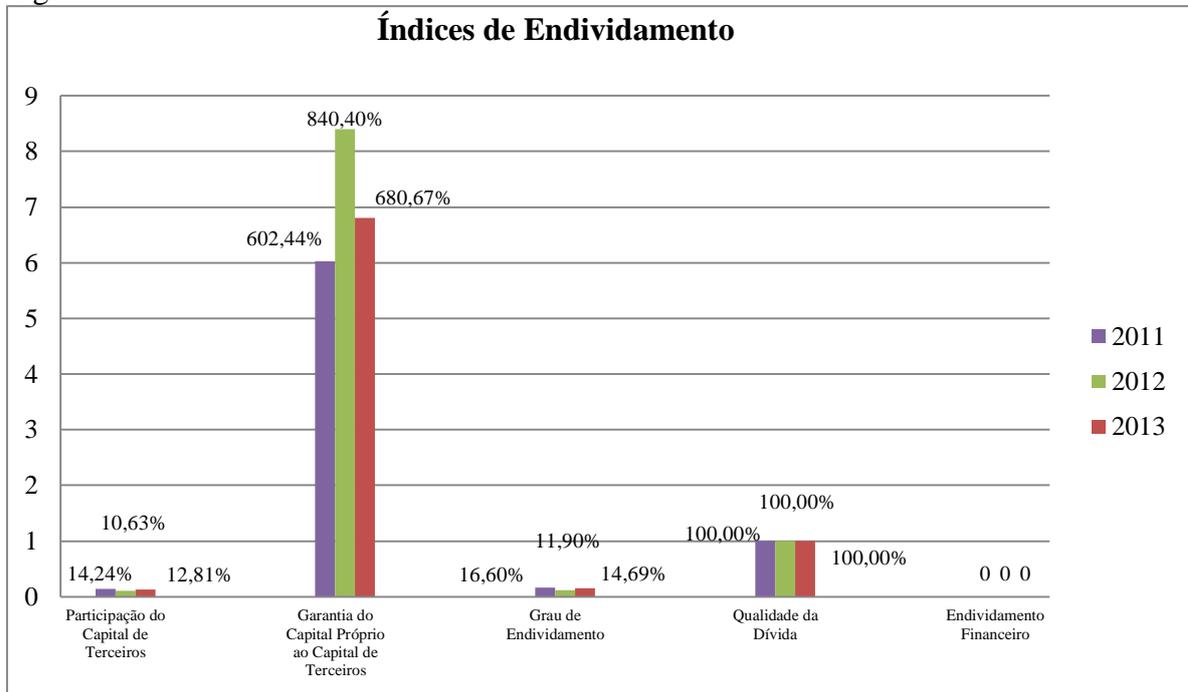
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Na figura 5, podemos observar o índice de liquidez imediata ao decorrer de 3 anos, sendo que este apresentou uma grande oscilação durante o período analisado. Este índice é obtido da divisão das Disponibilidades pelo Passivo Circulante (Disponível/PC).

Fundamenta-se em Rossetti *et al.* (2008, p. 70), quando afirma que este índice “indica o volume de recursos aplicados que estão disponíveis, em comparação com todos os seus compromissos de curto prazo. Como os recursos já estão disponíveis, a empresa teria condições de liquidar seus compromissos de forma imediata [...]”.

4.3 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Figura 6 - Índices de Endividamento



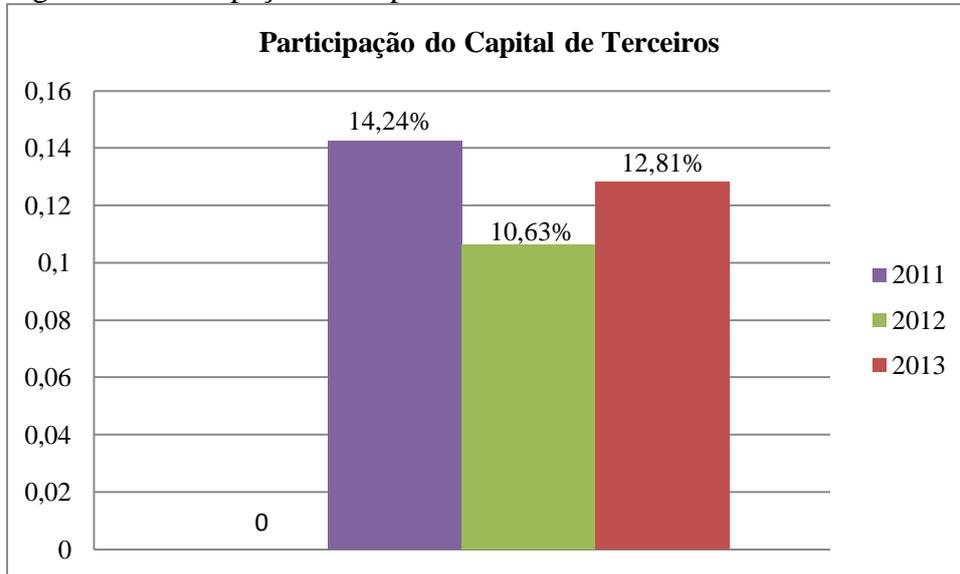
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Estes indicadores avaliam o grau de endividamento da empresa. A análise dos índices de endividamento envolve: participação do capital de terceiros, garantia do capital próprio ao capital de terceiros, grau de endividamento, qualidade da dívida e endividamento financeiro.

Conforme Gitman (2002, p. 115), “a situação de endividamento de uma empresa indica o montante de recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros”.

4.3.1 Participação do Capital de Terceiros

Figura 7 – Participação do Capital de Terceiros



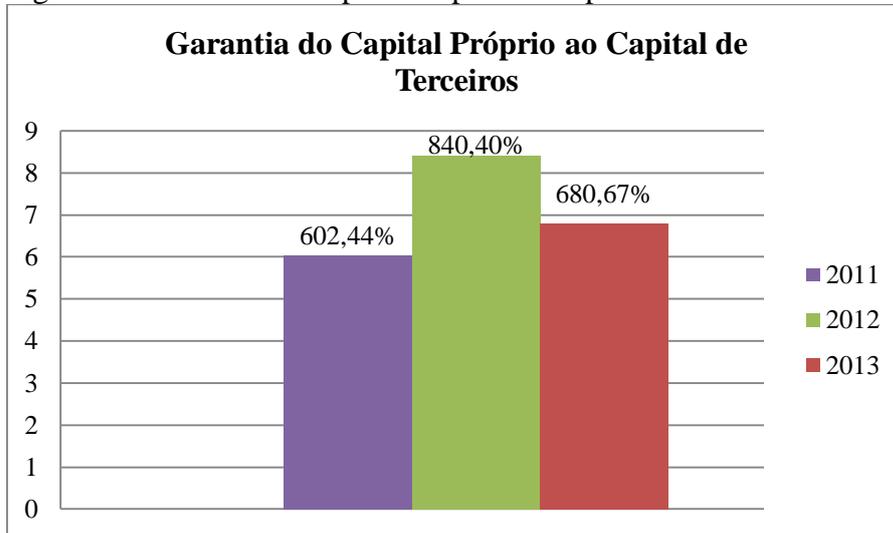
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Examina-se na figura 7, que o volume de participação de capital de terceiros foi maior no ano de 2011, cujo índice de participação de capital de terceiros supera os índices dos anos subsequentes. Este índice é calculado a partir da divisão do Capital de Terceiros pelo Percentual de terceiros (CT/PT).

Segundo Silva (2004, p. 293), este índice “indica o percentual de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos”.

4.3.2. Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros

Figura 8 – Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros



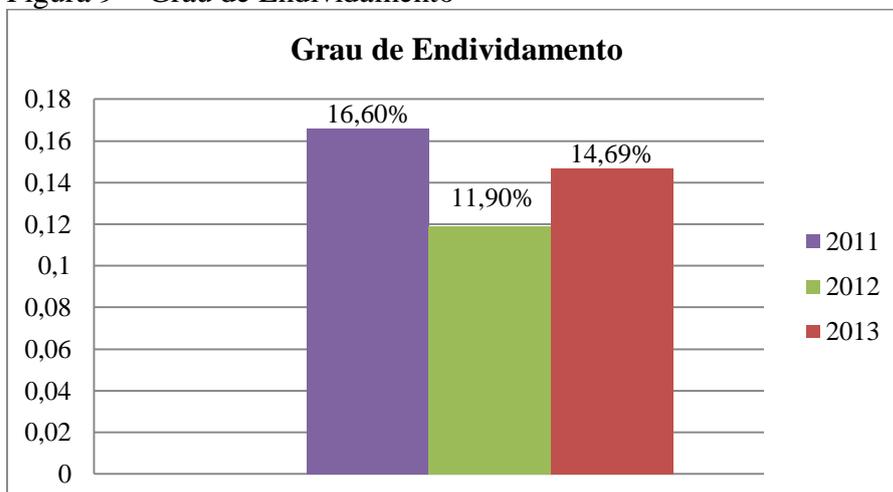
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

A figura 8 representa a evolução da garantia do capital próprio ao capital de terceiros ao longo dos anos de: 2011, 2012 e 2013. Este indicador é calculado através da divisão do Patrimônio Líquido pelo Capital de Terceiros (PL/CT).

O destaque nesta figura é para o ano de 2012, o qual a empresa apresentou o percentual de 840,40%, em relação a 602,44%, no ano de 2011 e 680,67%, no ano de 2013. Este indicador representa quanto a microempresa possui de capital próprio em relação ao capital de terceiros.

4.3.3 Grau de Endividamento

Figura 9 – Grau de Endividamento



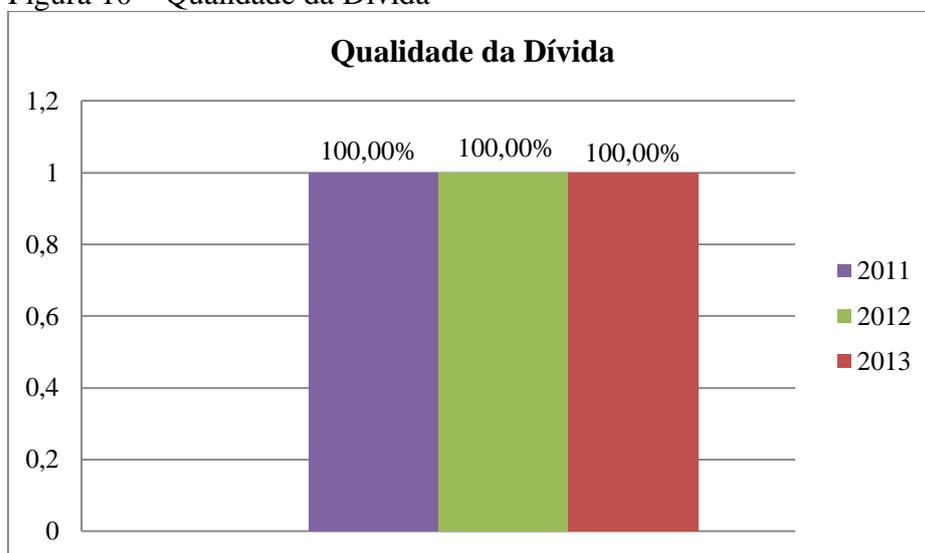
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Na figura 9, pode-se observar o grau de endividamento da microempresa analisada ao longo dos 3 anos, onde foi possível verificar a diminuição progressiva do endividamento ao longo do período.

Conforme afirma Gitman (2002, p. 117), “o grau de endividamento mede o montante de dívida em relação a outras grandezas significativas do balanço patrimonial”. O grau de endividamento é calculado através da divisão do Capital de Terceiros pelo Patrimonio Líquido(CT/PL).

4.3.4 Qualidade da Dívida

Figura 10 – Qualidade da Dívida



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Na figura 10, o índice da Qualidade da Dívida é obtido através da divisão do Passivo Circulante pelo Capital de Terceiros (PC/CT). Observou-se que a microempresa manteve este indicador em 100% ao longo do período analisado.

Este índice relaciona as dívidas de curto prazo com as dívidas de longo prazo. Uma situação favorável seria um índice maior de dívidas de longo prazo, pois isso possibilitaria um prazo maior para saldar seus compromissos. Se as dívidas fossem na maioria de curto prazo, a empresa deveria vender seu estoque a preços inferiores para assumir suas dívidas de curto prazo, o que ampliaria as despesas financeiras (MARION, 2005).

4.3.5 Endividamento Financeiro

Figura 11 – Endividamento Financeiro



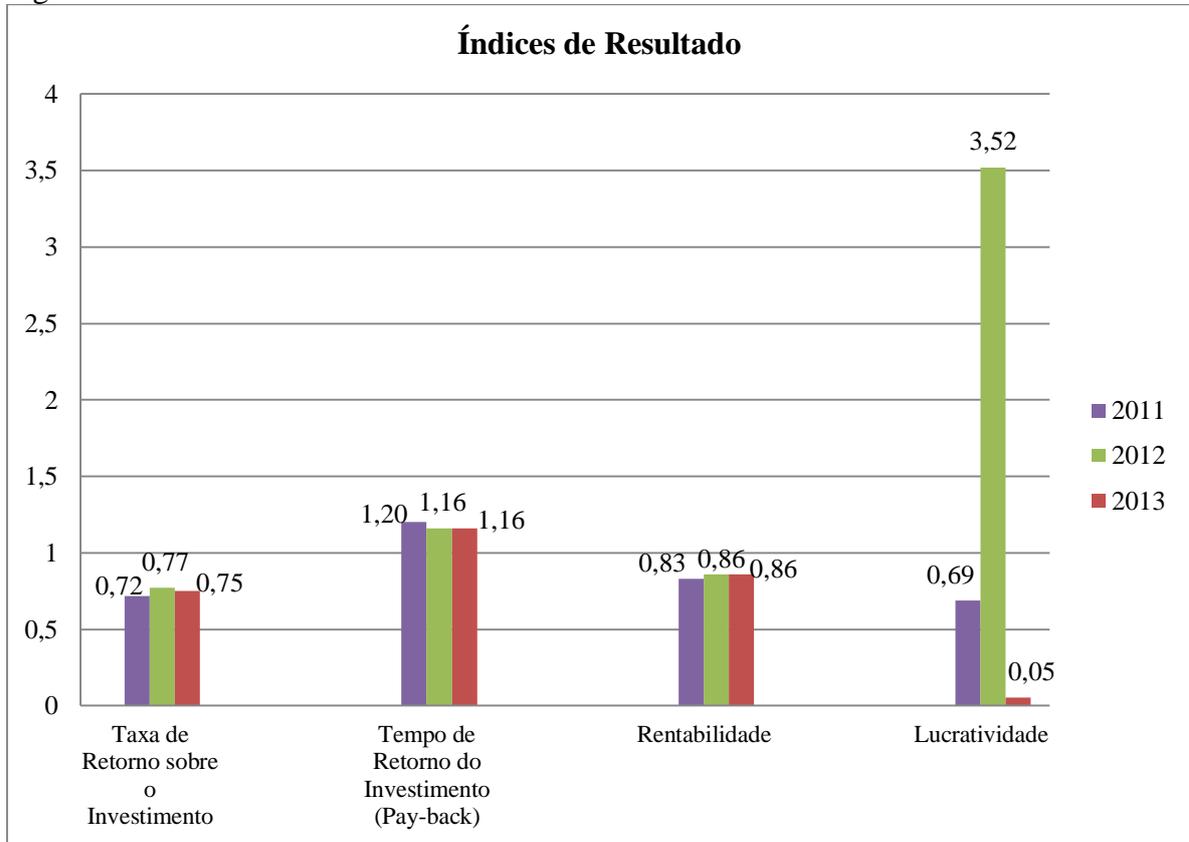
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Na figura 11, encontra-se o índice de endividamento financeiro que, conforme Silva (2004, p. 298), “indica a participação do passivo financeiro no financiamento do ativo da empresa, mostrando a dependência da empresa junto às instituições financeiras”.

Este índice é calculado a partir do exigível total dividido pelo Ativo Total (ELP/AT). A tabela indica que a microempresa não possui endividamento financeiro.

4.4 ÍNDICES DE RESULTADO

Figura 12 – Índices de Resultado

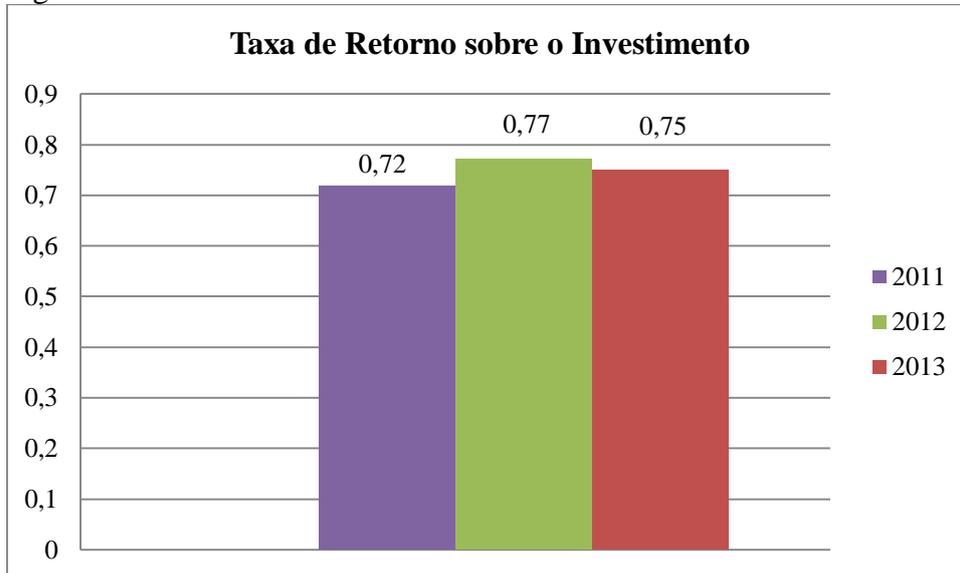


Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Observam-se, na figura 12, os índices que compõem os índices de resultados: taxa de retorno sobre o investimento, tempo de retorno do investimento (Pay-back), rentabilidade e lucratividade.

4.4.1 Taxa de Retorno sobre o Investimento

Figura 13 – Taxa de Retorno sobre o Investimento



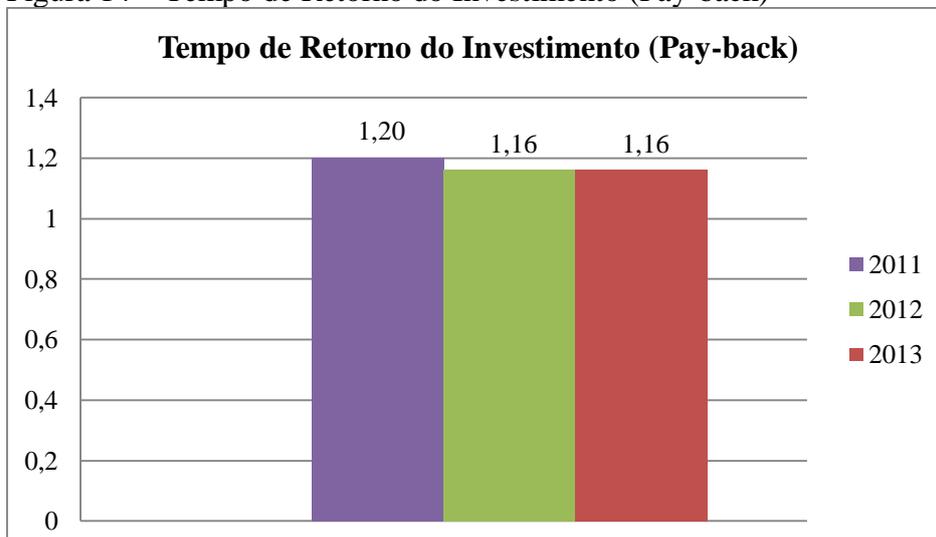
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

A taxa de retorno sobre investimento é calculado a partir da divisão do lucro líquido depois do imposto de renda pelo Ativo total (LLO/AT). A figura 13 indica que o índice se manteve estável ao longo do período estudado.

Segundo Silva (2004, p. 263), este índice “indica a lucratividade que a empresa propicia em relação aos investimentos totais representados pelo ativo total médio”.

4.4.2 Tempo de Retorno do Investimento (Pay-back)

Figura 14 – Tempo de Retorno do Investimento (Pay-back)



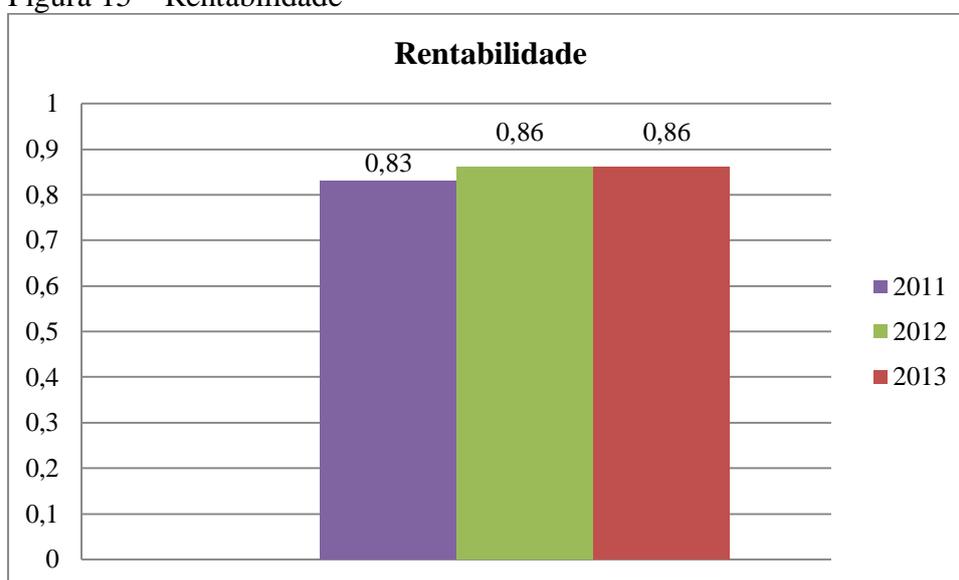
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

Este indicador é calculado partir da divisão do patrimônio líquido dividido pelo lucro líquido após o imposto de renda (PL/LLO). A figura 14 indica que o índice teve maior retorno no ano de 2011, e nos anos seguintes mantiveram-se inalterados.

Este índice demonstra o quanto o proprietário está obtendo de lucro em relação aos investimentos na microempresa, sendo que, quanto maior for o tempo de retorno do investimento, melhor.

4.4.3 Rentabilidade

Figura 15 – Rentabilidade



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

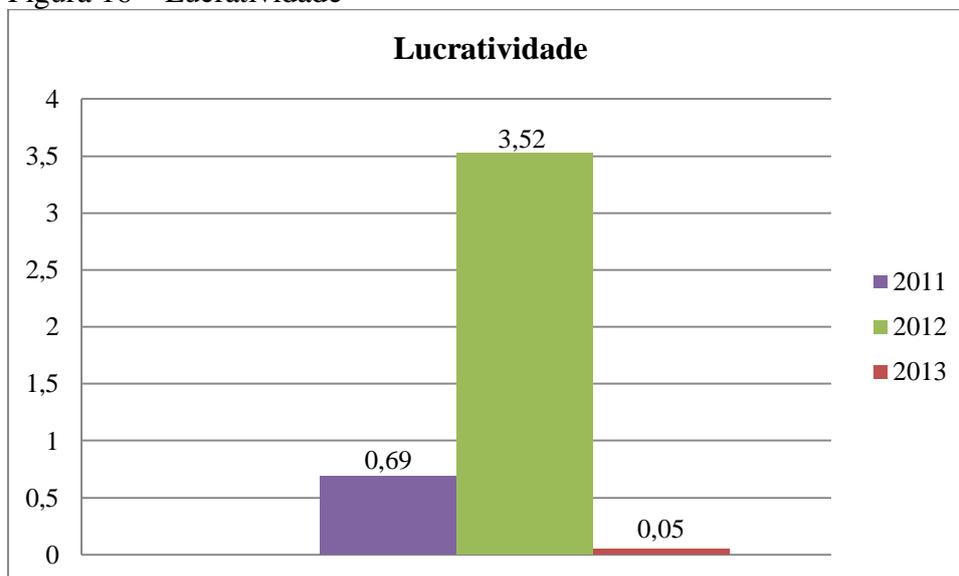
Na figura 15, pode-se observar a rentabilidade da microempresa no período de 3 anos, a rentabilidade é calculada a partir do lucro líquido depois do imposto de renda dividido pelo Patrimônio Líquido (LLO/PL).

Verifica-se na figura que no período analisado, houve pequena variação entre os anos de 2011 e 2012 e manteve-se sem alterações entre os anos de 2012 e 2013.

Conforme o Sebrae (2011), a rentabilidade indica a atratividade da microempresa, pois mostra ao empreendedor a velocidade de retorno de capital investido.

4.4.4 Lucratividade

Figura 16 – Lucratividade



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nos dados fornecidos pela Microempresa (2014).

A figura 16 demonstra que no ano 2012, a microempresa obteve o melhor resultado durante os anos apurados, com um indicador de 3,52 neste ano, comparado ao ano anterior e posterior. Este índice é calculado da divisão do lucro líquido operacional de renda dividido pelo Faturamento Bruto Anual (LLO/FBA).

A lucratividade é medida a partir da margem líquida da microempresa, a qual mede a porcentagem de cada real aplicado na venda que restou depois de deduzidas as despesas e imposto de renda (GITMAN, 2002).

4.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ÍNDICES

Ao analisar os índices, é possível identificar a viabilidade e lucratividade do investimento, destacado nos índices de liquidez, de endividamento e de resultado.

O índice de liquidez foi avaliado a partir da liquidez corrente, seca, geral e imediata. Quanto à Liquidez Corrente, Seca e Geral, Silva (2008, p. 199) afirma que estes medidores são interpretados como “quanto maior, melhor, mantidos constantes os demais fatores”. Percebe-se com os dados da liquidez corrente que a microempresa manteve seus indicadores acima de 1, durante os 3 anos estudados, com ênfase no ano de 2012, com aumento de 34,62%, seguido de uma queda em 2013 de 19,97%. Segundo Silva (2008), o índice corrente tem que ser maior que um, e acima de 1,5 já é muito bom.

Na Liquidez Seca, percebe-se aumento de 2523,52% em 2012 seguido de queda de 205,47% em 2013 que, apesar do bom resultado, indica instabilidade frente às aplicações financeiras de curto prazo e duplicatas a receber da microempresa, relacionadas ao seu passivo circulante.

Quanto à Liquidez Geral, os dados indicam aumento de 2011 para 2012, de 34,95% e queda de 19,24%, em 2013, o que enfatiza resultado positivo. Em relação à Liquidez Imediata, os índices apontam aumento em 2012, de 11.000%, seguido de uma queda de 204,10%, sendo que os anos de 2012 e 2013 possuem indicador acima de 1 o que é positivo apesar das oscilações.

Ao analisar os Índices de Endividamento, leva-se em consideração a Participação do Capital de Terceiros, a Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros, o Grau de Endividamento, a Qualidade da Dívida e o Endividamento Financeiro.

Em relação à Participação do Capital de Terceiros, nota-se índice positivo com pequena modificação nos índices, evidenciada pela diminuição 3,61% entre os anos de 2011 e 2012 e aumento de 2,18% de 2012 para 2013.

A Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros obteve bom resultado com 237,96% de aumento em 2012 e queda em 2013 de 159,73%.

O Grau de Endividamento manteve os índices com pequenas alterações, com aumento de 4,7% em 2012 e 2,79% em 2013 demonstrando baixo índice de endividamento da microempresa.

Quanto à Qualidade da Dívida, manteve-se em 100% o que indica que a microempresa não dispõe de capital de terceiros, utilizando apenas capital próprio. Em relação ao Endividamento Financeiro, o índice manteve-se em zero, pois a microempresa não possui financiamentos.

Ao analisar os Índices de Resultado, leva-se em consideração a Taxa de Retorno sobre o Investimento, o Tempo de Retorno do Investimento (Pay-Back), a Rentabilidade e a Lucratividade.

Sobre a Taxa de Retorno sobre o Investimento, percebe-se pequena variação entre os anos estudados, sendo aumento de 6,94% em 2012 e queda de 2,66% em 2013.

O Tempo de Retorno do Investimento (Pay-Back) apresentou queda em 2012 de 3,44%, mantendo seu índice no ano subsequente. Em relação à rentabilidade, evidenciam-se resultados positivos, a partir de um aumento de 3,61%, mantendo seus índices em 2013. A Lucratividade da Microempresa apresentou grande flutuação, de 2011 para 2012, houve um

salto de lucratividade de 410,14% devido à obtenção de maior lucro operacional neste ano, seguido de grande queda de 6.940%.

5 CONCLUSÃO

Os fatos e fatores determinantes, que deram o pontapé inicial para a realização desta pesquisa, foram a percepção frente à crescente demanda de microempresas, que geram movimentações de bens e recursos financeiros, integrando uma rede ou um sistema, entre clientes e fornecedores, em busca da consolidação de um negócio ou de um empreendimento. Através da gestão financeira, pode-se possibilitar a formação de riquezas em curto e longo prazo, evitando as quebras prematuras do negócio ou empreendimentos, em vista da prática da administração financeira corretamente aplicada na visão da gestão da microempresa.

Destaca-se, assim, a importância da administração financeira nesta área, ao buscar meios e conceitos técnicos que aprimorem e auxiliem as análises e práticas da gestão financeira de uma microempresa do ramo de autopeças da região sul de Santa Catarina, de forma que o empresário ou pequeno empreendedor obtenha o máximo de lucro e sucesso.

Ao analisar os índices de liquidez, endividamento e resultado, evidencia-se que o ano de 2012 foi o melhor ano para a microempresa estudada, pois apresentou aumento nos lucros líquidos, operacionais e de resultado o que impactou positivamente nos índices calculados. Desse modo, diante dos resultados obtidos, verifica-se que a microempresa é saudável financeiramente evidenciado pela não existência de endividamento.

A partir da revisão de literatura realizada a partir de pesquisa bibliográfica, foi possível ao pesquisador aprofundar conhecimentos sobre microempresas e administração financeira, a partir da avaliação dos índices financeiros. Novas pesquisas nesta área são necessárias, a fim de possibilitar aos acadêmicos de administração e administradores maior conhecimento na área, refletindo positivamente na prática financeira das microempresas.

Assim, pode-se dizer que este estudo abre a possibilidade para outros acadêmicos que queiram realizar um estudo nesta área, destacando a importância de pesquisas sobre gestão financeira em microempresas na intenção de evitar que, por falta de planejamento e previsão administrativa, estas venham a sofrer falência.

Ao término da pesquisa, pode-se dizer que o objetivo proposto de analisar as práticas de gestão financeira de uma microempresa do ramo de autopeças, da região sul de Santa Catarina, foi um desafio para o pesquisador, considerando que os valores necessários para a composição do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício, tiveram que ser garimpadas nos documentos da empresa que, por sinal, encontravam-se dispersos. A partir desses dois índices, foi possível calcular os resultados que se mostraram positivos e favoráveis à microempresa.

REFERÊNCIAS

- ANTONIK, L. R. Administração financeira das pequenas e médias empresas: ferramentas financeiras simples auxiliam na gestão da empresa e orientam a tomada de decisões. **Revista FAE Business**, n. 8, Mai., 2004, p.35 - 39.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BELLI, Patrícia Cristiana. **Análise da gestão financeira de uma organização de saúde**: estudo de caso do Hospital Israelita Albert Einstein. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. 98 p.
- CASSANEGO JÚNIOR, Paulo; ANSUJ, Angela Pellegrin; MAEHLER, Alisson. Gerenciamento Financeiro Utilizado em Micro e Pequenas Empresas Familiares e Não Familiares do Município de São Vicente do Sul (RS). **Revista de Administração**, v. 4, n. 7, p. 49-67, 2013.
- CERICATO, Domingo; AMARAL, José Juparitã do; COSTA, Alexandre Marino. Características do financiamento de capital de giro: Estudo dirigido às microempresas do comércio de passo fundo (RS). **Revista de Administração**, v. 3, n. 4, p. 117-136, 2004.
- DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- DOMINGOS, G. A. A importância das Micro e Pequenas Empresas. **Estudos SEBRAE/SP**, v.4, n.1, p.43-48, Nov./Dez. 1995.
- FERNANDES, R. M. **Orçamento Empresarial**: uma abordagem conceitual e metodológica com prática através de simulador. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- GARCÍA, J. A. C.; BEDOYA, L. J. R; RÍOS, C. R. C. La importancia de la planeación financiera en la elaboración de los planes de negocio y su impacto en el desarrollo empresarial. **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Militar Nueva Granada, Rev. Fac. Cienc. Econ**, XVIII, Junio, 2010, p.179-194.
- GAZZONI, Elizabeth Inez. **Fluxo de caixa**: ferramenta de controle financeiro para a pequena empresa. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, SC, 2003. 96 f.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- HOJI, M. **Administração Financeira**: uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LEOPARDI, M. T. **Metodologia da pesquisa na saúde**. 2. ed. Florianópolis, 2002.

MATHUR, I. **Introdução à Administração Financeira**. Rio de Janeiro: LTC, 1984.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.V. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MENEZES, Maria Cleonice C.; COSTA, Mário Torres; OLIVEIRA, Raíssa Pinto. A influência da administração financeira na gestão de estoques: o caso da empresa PRAFIAT Peças e Serviços. **Caderno de Graduação-Humanas e Sociais – FACIPE**, v. 1, n. 1, p. 21-32, 2013.

PAESE, B. R. S. *et al.* O desenvolvimento de programa de apoio aos micro e pequenos empresários da periferia das cidades de abrangência da AMIC. **Extensão em Foco**, n. 7, 2013.

ROCHA, D. T. M. *et al.* **Desenvolvimento de política de compras a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais no Estado de Pernambuco**. VI CONSAD – Congresso de Gestão Pública. Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Brasília/DF – 16, 17 e 18 de abril de 2013.

ROSSETI, J. P. *et al.* **Finanças Corporativas: Teoria e Prática Empresarial no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SANT'ANNA, P. R. *et al.* Tecnologia da informação como ferramenta para a análise econômica e financeira em apoio à tomada de decisão para as micro e pequenas empresas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1589 a 1611, 2012.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESA. **Análise e Planejamento Financeiro Manual do Participante**. Brasília, 2011.

SILVA, J. P. **Análise Financeira das Empresas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Análise Financeira das Empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, A.B.; PEREIRA, A. A. **Fatores de influência na gestão das empresas de pequeno e médio porte da grande Florianópolis (SC)**. In: Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração – Enanpad, 2004.

SILVA, F. A. *et al.* **A importância e a responsabilidade da gestão financeira nas empresas**. Anais do Seminário de Produção Acadêmica Anhanguera, 2011. Disponível em: <http://www.sare.anhanguera.com/index.php/ansem/article/view/4305>. Acesso em 15 out, 2013.

SINDIPEÇAS – SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES. **Por dentro do setor**. Disponível em: <http://www.sindipecas.org.br/porDentroSetor/porDentroSetor.asp>. Acesso em 03 out, 2013.

SOUZA, M. C., **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SOUZA NETTO, Sérgio Luiz. **Análise comparativa dos sistemas manual e eletrônico do controle de gestão do contas a pagar em empresa de autopeças**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, SC, 2003. 101p.

THIESEN, J. A. de O. A demonstração do fluxo de caixa nas organizações e sua importância como instrumento da tomada de decisão. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, n. 101, p. 8-13, maio 2000.

VERA-COLINA, Mary A; RODRÍGUEZ-MEDINA, Guillermo; MELGAREJO-MOLINA, Zuray. Financial planning and access to financing in small and medium-sized companies in the Venezuelan manufacturing sector. **Innovar**. Bogotá, v. 21, n. 42, Out. 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZOUAIN, Deborah Moraes *et al.* Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, Jun, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A: BALANÇO PATRIMONIAL DA MICROEMPRESA

Ivan Autopeças Balanço Patrimonial

	2013	2012	2011
Ativo Circulante	65.946,83	63.956,51	54.467,16
Caixa	12.332,13	30.318,81	350,18
Bancos conta movimento		-	959,51
Contas a receber		140,00	-
Estoques	53.614,70	33.497,70	53.157,47
Outros			
Ativo Não Circulante	-	224,92	539,75
Imobilizado		854,58	854,58
(-) Depreciação acumulada		629,66	314,83
Total do ativo	65.946,83	64.181,43	55.006,91
Passivo circulante	8.447,43	6.824,91	7.830,85
Fornecedores	2.470,32	931,78	2.254,62
Obrigações sociais	408,74	478,60	473,00
Obrigações trabalhistas	851,00	1.545,60	1.416,80
Contas a pagar - Diversos	1.810,26	1.335,00	1.335,00
Provisões	2.160,49	2.247,93	2.097,33
Obrigações tributárias	746,62	286,00	254,10
Patrimônio líquido	57.499,40	57.356,52	47.176,06
Capital Social	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Lucros/(prejuízos) acumulados	49.499,40	49.356,52	39.176,06
Total do passivo + patrimônio líquido	65.946,83	64.181,43	55.006,91

APÊNDICE B: ÍNDICES DE LIQUIDEZ, ENDIVIDAMENTO E RESULTADO

	Índices de Liquidez	2013	2012	2011
Liquidez Corrente	AC/PC	7,81	9,37	6,96
Liquidez Seca	(AC - Estoques)/PC	1,46	4,46	0,17
Liquidez Geral	(AC + RLP)/(PC + ELP)	3,95	4,71	3,49
Liquidez Imediata	Disponível/PC	1,46	4,44	0,04

	Índices de Endividamento	2013	2012	2011
Participação do Capital de Terceiros	CT/PT	12,81%	10,63%	14,24%
Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros	PL/CT	680,67%	840,40%	602,44%
Grau de Endividamento	CT/PL	14,69%	11,90%	16,60%
Qualidade da Dívida	PC/CT	100,00%	100,00%	100,00%
Endividamento Financeiro	EmpFinancCPLP/CT	0	0	0

	Índices de Resultado	2013	2012	2011
Taxa de Retorno sobre o Investimento	LLO/AT	0,75	0,77	0,72
Tempo de Retorno do Investimento (Pay-back)	PL/LLO	1,16	1,16	1,20
Rentabilidade	LLO/PL	0,86	0,86	0,83
Lucratividade	LLO/FBA	0,05	3,52	0,69

ANEXOS

ANEXO A: DOCUMENTOS DA MICROEMPRESA/BALANÇO PATRIMONIAL 2011/2012

Empresa: IVAN AUTOPEÇAS LTDA, ME		Folha: 0001			
CNPJ: 07.269.966/0001-78					
Insc. Junta Comercial: 42203880998 Data: 11/03/2008					
Balanço encerrado em: 31/12/2012					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Código	Classificação	Descrição	Nota Explicativa	2012	2011
				31/12/2012	31/12/2011
1	1	ATIVO		64.181,43D	55.006,91D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE		63.956,51D	54.467,16D
3	1.1.01	DISPONIBILIDADE		30.318,81D	1.309,69D
4	1.1.01.001	CADIAS		30.318,81D	350,18D
5	1.1.01.001.001	Caixa Geral		30.318,81D	350,18D
7	1.1.01.002	BANCOS CONTA MOVIMENTO		0,00	959,51D
8	1.1.01.002.001	Banco do Brasil		0,00	959,51D
11	1.1.02	CREDITOS		140,00D	0,00
12	1.1.02.001	DUPPLICATAS A RECEBER		140,00D	0,00
17000	1.1.02.001.001	AUTOVEZ LTDA		140,00D	0,00
30	1.1.03	ESTOQUES		33.497,70D	53.157,47D
31	1.1.03.001	ESTOQUES DE MATERIAIS		33.497,70D	53.157,47D
33	1.1.03.001.002	Merchandises para Revenda		33.497,70D	53.157,47D
42	1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE		224,92D	536,75D
53	1.2.03	ATIVO IMOBILIZADO		224,92D	536,75D
60	1.2.03.001	Móveis e Utensílios	3 a)	854,50D	854,50D
63	1.2.03.001	Veículos Comerciais	3 a)	35.000,00D	35.000,00D
70	1.2.03.001.005	(-) Depr. Acumulada Móveis e Instalacoes	3 a)	629,66C	314,82C
73	1.2.03.001.008	(-) Depr. Acumulada Veículos Industriais/Comerciais	3 a)	35.000,00C	35.000,00C
79	2	PASSIVO		64.181,43C	55.006,91C
80	2.1	PASSIVO CIRCULANTE		6.824,91C	7.836,85C
81	2.1.01	OBRIGACOES A CURTO PRAZO		6.824,91C	7.836,85C
96	2.1.01.001	FORNECEDORES		931,78C	2.254,62C
10256	2.1.01.001.001	CILESC SA		513,04C	430,62C
10253	2.1.01.001.001	DOBLER COM AUTO PEÇAS LTDA		0,00	1.639,25C
10331	2.1.01.001.001	CELLAMT CARGAS URGENTES LTDA		0,00	176,75C
10355	2.1.01.001.001	RUFATO DISTR. PEÇAS E ACESSORIOS LTDA EP		417,94C	0,00
85	2.1.01.002	OBRIGACOES SOCIAIS		478,60C	473,00C
86	2.1.01.002.001	DES a Recolher		299,40C	280,20C
87	2.1.01.002.002	FGTS a Recolher		179,20C	194,80C
82	2.1.01.003	OBRIGACOES TRABALHISTAS		1.545,60C	1.416,80C
83	2.1.01.003.001	Salários e Ordenados a Pagar		1.545,60C	1.416,80C
100	2.1.01.004	CONTAS A PAGAR		1.335,00C	1.335,00C
103	2.1.01.004.001	Pro-Labore a Pagar		1.335,00C	1.335,00C
359	2.1.01.005	PROVISOES		2.247,93C	2.097,33C
360	2.1.01.005.001	Provisão de Perdas		1.982,85C	1.935,29C
3640	2.1.01.005.007	FGTS a/ Provisão Férias		265,08C	162,04C
88	2.1.01.006	OBRIGACOES TRIBUTARIAS		286,00C	254,10C
349	2.1.01.006.003	Simplex Nacional a Recolher		286,00C	254,10C
108	2.4	PATRIMONIO LIQUIDO		57.356,52C	47.176,06C
109	2.4.01	CAPITAL REALIZADO		8.000,00C	8.000,00C
110	2.4.01.001	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		8.000,00C	8.000,00C
111	2.4.01.001.001	Capital Social	3 b)	8.000,00C	8.000,00C
122	2.4.03	LUCROS E/OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		49.356,52C	39.176,06C
123	2.4.03.001.001	Lucros Acumulados		49.356,52C	39.176,06C

CRUCILMA, 31 de Março de 2014

Sistema lançado para ATUAL CONTABILIDADE S/S LTDA

ANEXO C: DOCUMENTOS DA MICROEMPRESA/DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2011

Empresa: IVAN AUTOPECAS LTDA. ME
CNPJ: 07.269.966/0001-78 **Folha:** 0001
Insc. Junta Comercial: 42203580995 **Data:** 11/03/2005 **Número livro:** 0006

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2011

RECEITA OPERACIONAL			
RECEITA COMERCIAL BRUTA			
Venda no Mercado Interno	95.670,00	<u>95.670,00</u>	
RECEITA DA PREST. DE SERVIÇOS BRUTA	300,00	<u>300,00</u>	<u>95.970,00</u>
DEDUÇÕES DAS RECEITAS			
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS COMERCIAIS	(3.312,30)	<u>(3.312,30)</u>	<u>(3.312,30)</u>
RECEITA LÍQUIDA			<u>92.657,70</u>
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS			
GASTOS GERAIS DE PRODUÇÃO			
CUSTO DE AQUIS. DAS MERCADORIAS	(35.403,98)		
Mercadorias para Revenda Conta Compra	(9.567,00)	<u>(9.567,00)</u>	<u>(44.970,98)</u>
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO			<u>47.686,72</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(41.949,18)		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.265,00)		
DESPESAS TRIBUTARIAS	(20,90)		
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.175,53)	<u>(45.410,61)</u>	<u>(45.410,61)</u>
LUCRO / PREJUÍSO OPERACIONAL			<u>2.276,11</u>
LUCRO / PREJUÍSO OPERACIONAL ANTES DO IR/CS			<u>2.276,11</u>
LUCRO / PREJUÍSO DO EXERCÍCIO LÍQUIDO			<u>2.276,11</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			<u>2.276,11</u>

TRICIUVA, 31 de Março de 2014

ANEXO D: DOCUMENTOS DA MICROEMPRESA/DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2012

Empresa:	IVAN AUTOPECAS LTDA. ME	Folha:	0001
CNPJ:	07.269.966/0001-78	Número livro:	0006
Insc. Junta Comercial:	42203580995	Data:	11/03/2005

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2012

RECEITA OPERACIONAL			
RECEITA COMERCIAL BRUTA			
Venda no Mercado Interno	105.160,00	<u>105.160,00</u>	<u>105.160,00</u>
DEDUÇÕES DAS RECEITAS			
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS COMERCIAIS	(2.891,91)	<u>(2.891,91)</u>	<u>(2.891,91)</u>
RECEITA LÍQUIDA			<u>102.268,09</u>
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS			
GASTOS GERAIS DE PRODUÇÃO	(314,83)		
CUSTO DE AQUIS. DAS MERCADORIAS			
Mercadorias para Revenda Conta Compra	(50.580,00)	<u>(50.580,00)</u>	<u>(50.894,83)</u>
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO			<u>51.373,26</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(40.901,07)		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(275,00)		
DESPESAS FINANCEIRAS	(16,73)	<u>(41.192,80)</u>	<u>(41.192,80)</u>
LUCRO / PREJUÍZO OPERACIONAL			<u>10.180,46</u>
LUCRO / PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IR/CS			<u>10.180,46</u>
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO LÍQUIDO			<u>10.180,46</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			<u>10.180,46</u>

CRICIUMA, 31 de Março de 2014

ANEXO E: DOCUMENTOS DA MICROEMPRESA/DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2013

Empresa: **IVAN AUTOPECAS LTDA. ME**
 NPJ: 07.269.966/0001-78
 Insc. Junta Comercial: 42203580995 Data: 11/03/2005

Folha: 0001
 Número livro: 0006

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2013

RECEITA OPERACIONAL			
RECEITA COMERCIAL BRUTA			
Venda no Mercado Interno	96.537,00	<u>96.537,00</u>	<u>96.537,00</u>
DEDUÇÕES DAS RECEITAS			
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS COMERCIAIS	(2.654,78)	<u>(2.654,78)</u>	<u>(2.654,78)</u>
RECEITA LÍQUIDA			<u>93.882,22</u>
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS			
GASTOS GERAIS DE PRODUÇÃO			
CUSTO DE AQUIS. DAS MERCADORIAS	(8.430,92)		
Mercadorias para Revenda Conta Compra	(27.307,40)	<u>(27.307,40)</u>	<u>(35.738,32)</u>
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO			<u>58.143,90</u>
ESPESAS OPERACIONAIS			
DESPESES DE COMERCIALIZAÇÃO	(55.030,86)		
DESPESES ADMINISTRATIVAS	(2.504,18)		
DESPESES TRIBUTARIAS	(465,98)	<u>(58.001,02)</u>	<u>(58.001,02)</u>
LCRO / PREJUÍSO OPERACIONAL			<u>142,88</u>
LCRO / PREJUÍSO OPERACIONAL ANTES DO IR/CS			<u>142,88</u>
LCRO / PREJUÍSO DO EXERCÍCIO LÍQUIDO			<u>142,88</u>
LCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			<u>142,88</u>

RICIUMA, 31 de Março de 2014

ANEXO F: NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO ENCERRADO 31/12/2012

Empresa: **IVAN AUTOPECAS LTDA. ME**
CNPJ: 07.269.966/0001-78

Página: 0001
Número livro: 0001

NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO ENCERRADO 31/12/2012

- 1.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância nos dispositivos legais em conformidade com a Resolução CFC 1.418/12 – ITG 1000.
- 2.** A empresa IVAN AUTOPECAS LTDA. ME, têm sua sede localizada à Avenida AV. CENTENARIO – 6775 - Bairro N. SRA SALETE – CRICIUMA/SC, têm como atividade principal Comercio varejista e atacadista de pecas e acesssrios novos e usados para veiculos automotores.
- 3.** Critérios Contábeis: A empresa adota suas demonstrações contábeis pelo Regime de Competência; destacando-se:
 - a)** Imobilizado: É registrado pelo custo de aquisição em observância ao princípio do registro pelo valor original. As Depreciações Acumuladas são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo e contabilizadas diretamente como despesas do exercício. As quotas anuais são calculadas em função do tempo de vida útil, como segue: Móveis e Utensílios = 10 anos, Veículos = 5 anos , Máquinas e Equipamentos = 10 anos.
 - b)** Capital Social: O Capital Social da empresa, totalmente subscrito e integralizado é composto por 100 (cem) quotas no valor nominal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

ANEXO G: NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO ENCERRADO 31/12/2013

Empresa: **IVAN AUTOPECAS LTDA. ME**
CNPJ: 07.269.966/0001-78

Página: 0001
Número livro: 0002

NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2013

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância nos dispositivos legais em conformidade com a Resolução CFC 1.418/12 – ITG 1000.
2. A empresa IVAN AUTOPECAS LTDA. ME, têm sua sede localizada à Avenida AV. CENTENARIO – 6775 - Bairro N. SRA SALETE – CRICIUMA/SC, têm como atividade principal Comercio varejista e atacadista de pecas e acesssrios novos e usados para veiculos automotores.
3. Critérios Contábeis: A empresa adota suas demonstrações contábeis pelo Regime de Competência; destacando-se:
 - a) As Mercadorias para Revenda são avaliadas ao custo médio de aquisição, inferior ao valor de mercado.
 - b) Imobilizado: É registrado pelo custo de aquisição em observância ao princípio do registro pelo valor original. As Depreciações Acumuladas são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo e contabilizadas diretamente como despesas do exercício. As quotas anuais são calculadas em função do tempo de vida útil, como segue: Móveis e Utensílios = 10 anos, Veículos = 5 anos , Máquinas e Equipamentos = 10 anos.
 - c) Capital Social: O Capital Social da empresa, totalmente subscrito e integralizado é composto por 100 (cem) quotas no valor nominal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).